

NACIONAL + pag/4

DEMISSÕES GM

**DEFENDER OS EMPREGOS
COM A AÇÃO DIRETA**

NOTAS OPERÁRIAS **EUA** + pag/19

**OPERÁRIOS DA UAW CONQUISTAM
VITÓRIAS, E DÃO UM SALTO NA LUTA DE
CLASSE COM A GREVE *UNITÁRIA E NACIONAL***



**GUERRA NA
PALESTINA**
**PELA DERROTA
DO SIONISMO**

Apoio incondicional aos palestinos *na luta contra o sionismo e o imperialismo ianque!*

***Fim imediato do genocídio! Autodeterminação dos palestinos!
Pela revolução proletária! Por uma Federação de Estados
Operários do Oriente Médio!***

+ pag/23 a 30

USP + pag/12 a 18

BALANÇO GREVE DA USP

**GREVE GERAL
DE ESTUDANTES
DA USP TERMINA
SEM CONQUISTAR
AS REIVINDICAÇÕES**



NOTAS HISTÓRICAS + pag/22

**REVOLUÇÃO
RUSSA**

SINDICAL + pag/5

**BALANÇO DO 32º
CONGRESSO DO SINPEEM**

Pela derrota militar da OTAN na Ucrânia!

A Palestina também é aqui

As mais de 1.200 demissões nas três unidades da GM foram canceladas. Quatro dias antes, 839 trabalhadores tinham sido reintegrados na GM de São José dos Campos, a mando do Tribunal Superior do Trabalho. A GM vai reunir-se com as direções dos 3 sindicatos para negociar um plano de PDV (Demissões Voluntárias). O que significa que ainda haverá demissões. Isto, quando um acordo de lay-off anterior, de junho de 2023, garantia a estabilidade dos operários.

Os serviços públicos se decompõem, e os lucros dos investidores só aumentam, à custa de tarifas caras e de transferências de recursos do Estado diretamente para os novos donos. No caso de insuficiência de lucros, os proprietários abandonam o serviço despedaçado de volta ao Estado. A Sabesp, CPTM e Metrô de São Paulo estão nessa rota de privatizações.

O caso da GM é um dentre muitos. Mais de 10 milhões foram demitidos, só no 1º semestre deste ano. Em grande parte, foram substituídos por contratados com menores salários ou por trabalho precarizado, que totalizaram pouco mais de 11 milhões. As empresas pressionam os sindicatos em busca de acordos de lay-off, PDVs, redução de salários e jornadas, férias coletivas, etc. As direções, ao invés de buscarem a defesa dos empregos, salários e direitos recorrendo à luta e ação direta para responder imediatamente aos ataques, primeiro negociam acordos no quadro estabelecido pelos patrões. Apresentam essas medidas como vitórias dos trabalhadores. Mas, em seguida, vêm mais demissões e medidas de destruição dos empregos e salários. E, novamente, as direções se colocam a negociar com os patrões novos acordos, de ainda maiores perdas dos trabalhadores. E quando esses acordos são jogados no lixo pelos patrões, ensaiam limitadas medidas de defesa, porém, não para impor o

emprego a todos e o fim dos lay-off e PDVs, mas para preservar esses acordos, ou negociar indenizações. Essa política, de negociação de perdas e ataques patronais, norteia todas as centrais sindicais, da direita à esquerda. Isto tudo, apesar da disposição de luta dos assalariados, que se mobilizam em greves por todo o país.

Os governos estaduais demonstraram estar empenhados na privatização de estatais. As privatizações de estatais correspondem às necessidades de valorização artificial dos capitais, comprimida pelas tendências à estagnação econômica, que são gerais na atual fase do capitalismo em decomposição. Parte do capital financeiro tem de se voltar a tomar as estatais, de forma a se apropriar da propriedade pública e torná-la em fonte de lucros. Lucros estes garantidos pela imposição de preços monopolistas e pelos governos, em contratos nos quais o poder público se compromete a compensar os novos proprietários em caso de necessidade, com aportes de centenas de milhões de reais. Os serviços públicos se decompõem, e os lucros dos investidores só aumentam, à custa de tarifas caras e de transferências de recursos do Estado diretamente para os novos donos. No caso de insuficiência de lucros, os proprietários abandonam o serviço despedaçado de volta ao Estado. A Sabesp, CPTM e Metrô de São Paulo estão nessa rota de privatizações.

Seis governos estaduais indicaram disposição de ampliar o privatismo. 14 greves de trabalhadores em estatais este ano expressaram a possibilidade de construir um movimento unitário de defesa das estatais. Mas as direções se empenham num plebiscito distracionista, que será usado no máximo como instrumento de barganha para cretinismo parlamentar.

O funcionalismo público, em particular os professores, já sofrem com uma série de medidas que expressam a precarização do trabalho no setor. Estão ainda ameaçados pela Reforma Administrativa, uma exigência que a burguesia faz ao governo, de forma a reduzir despesas com o pessoal do ser-

viço público, preservando os privilégios das camadas de cima, o parasitismo do capital financeiro e a corrupção dos políticos burgueses.

O governo já afirmou, por meio do Ministro Haddad, que os impostos terão de subir, para cumprir com as metas do Arcabouço Fiscal. Mas não para todos, devem ser reduzidos para os capitalistas ligados à produção e distribuição de mercadorias. Se a arrecadação de impostos vai subir, alcançando 27,5% do PIB, e haverá redução e impostos para uns, então, haverá maior pagamento de imposto para outros. Serão os assalariados que pagarão. E mais: o governo anunciou a necessidade de um corte geral de R\$ 52 bilhões nos gastos em 2024. Ainda que Lula insista em não cortar gastos em investimentos, em obras, somente será possível alcançar o cumprimento de seus compromissos com o parasitismo financeiro da dívida pública por meio de cortes de gastos e mais impostos. Essa linha também se traça nos estados: o governo de São Paulo pretende cortar os gastos com educação, de 30% para 25% do orçamento em 2024.

O governo burguês de Frente Ampla de Lula/Alckmin tem de corresponder aos interesses gerais da burguesia. Por isso, tem de aprofundar as contrarreformas, que despejam o peso da crise sobre as massas. Contam para isso com a subordinação política das direções das organizações de massa (centrais, sindicatos, UNE, MST, etc.), que bloqueiam as possibilidades de unificação e generalização das lutas que acontecem, apesar de seu trabalho de contenção.

As dificuldades do governo estão na necessidade de fazer sistematicamente concessões para os partidos que compõem sua própria base de sustentação no parlamento. Diante de cada medida a ser votada, os líderes dos partidos colocam sobre a mesa uma exigência de cargos e verbas. Como governo, parlamento e capitalistas não estão sob a pressão de movimentos generalizados das massas, ficam livres para negociar tudo o que pretendem. Os atritos entre as frações da burguesia se expõem. É o que se verifica nos choques entre o par-

lamento e o STF, na disputa ao redor das taxas de juros, nas CPIs, na conformação de um novo Marco Temporal, nas tentativas de retroceder em legislação de costumes, no ajuste de metas para o orçamento de 2024, etc.

O Congresso Nacional da CUT, realizado em outubro, refletiu a política geral das organizações de massa diante do governo e da burguesia: apoio ao governo burguês, assimilação da ideologia da reestruturação do trabalho (precarização, terceirização, home office, desregulamentação, etc.), eleitoralismo e cretinismo parlamentar. Ocorreu longe das necessidades mais sentidas pelas massas, às costas delas. A escolha de delegados foi feita sob rígido controle das direções sindicais burocráticas. E nada de aproveitável para a luta das massas saiu de suas plenárias.

Nos bairros, continuam os assassinatos da população pobre, em geral preta, seja pela disputa entre as facções criminosas, seja por mãos dos policiais, que têm a impunidade assegurada pelos governos e tribunais. No Brasil, cerca de 60 mil morrem assassinados por ano, cerca de 6.400 pelas mãos de policiais. São números semelhantes aos de uma guerra. Essa guerra é de classe, é o esmagamento dos explorados pelos exploradores. Seja pelos conflitos entre as organizações criminosas, que têm por trás e por cima grandes capitalistas, seja por meio dos cães de guarda da burguesia em geral, a polícia. As verdadeiras causas não são atacadas pelos governos burgueses. A violência escolar, que tem se projetado nos últimos meses, também não é. A defesa real das massas dos bairros pobres é a defesa das condições de vida, salário e direitos para as massas, e a possibilidade de a juventude estudar, trabalhar e ter seu lazer.

Somente por meio de uma posição proletária, de classe, é possível ver a ligação da opressão sofrida pelas massas no Brasil e o genocídio da população palestina na Faixa de Gaza, promovida pelo estado sionista de Israel e pelo imperialismo estadunidense. A burguesia hipócrita e cínica se compadece pelos 200 sequestrados pelo Hamas, e repete o discurso ianque do “direito de Israel de se defender”, ou seja, esmagar os palestinos. O pacifismo pequeno burguês fica constrangido ao ver o massacre de

milhares de crianças palestinas pelos bombardeios israelenses. Está chocada com os ataques do Hamas ao Estado sionista, mas está ainda mais chocada com o massacre despejado sobre a população palestina. Clama pela paz, mas não se sabe de onde viria essa paz. A condenação do Hamas, quando este expressa uma tentativa de resistência à opressão brutal sionista sobre os palestinos, é reacionária, joga lenha no fogo propagado pelo sionismo, e por trás dele o imperialismo. É claro que nenhuma organização burguesa de conteúdo nacionalista e religioso será capaz

palestinos contra o sionismo é o pacifismo/eleitoralismo das direções. Não se colocam por organizar o proletariado internacional contra a burguesia mundial, o imperialismo. Apela aos governos burgueses ditos “de esquerda” para que tomem resoluções antissionistas. Apela por uma paz impossível: a solução dos dois estados vai preservar a opressão de Israel sobre os palestinos. Limitam seu apoio pela crítica ao “terrorismo” do Hamas, ou pior, se colocam num terreno de omissão, enquanto proclamam a solução para um futuro indeterminado.

(...) nenhuma organização burguesa de conteúdo nacionalista e religioso será capaz de derrotar militarmente o sionismo e ainda mais o imperialismo a partir de suas próprias forças. Serão as massas que poderão fazê-lo, por meio da revolução proletária e da construção de um Estado Operário, parte de uma Federação Socialista na região. Mas a tarefa imediata é a defesa incondicional dos palestinos na luta contra o genocídio promovido por Israel.

de derrotar militarmente o sionismo e ainda mais o imperialismo a partir de suas próprias forças. Serão as massas que poderão fazê-lo, por meio da revolução proletária e da construção de um Estado Operário, parte de uma Federação Socialista na região. Mas a tarefa imediata é a defesa incondicional dos palestinos na luta contra o genocídio promovido por Israel. E a de nunca se colocar do lado dos sionistas e imperialistas pela condenação do Hamas, que é apenas uma máscara burguesa para condenar à violência dos oprimidos contra seus opressores. É preciso ir às fábricas, organizar as greves e ocupações, para bloquear a produção e distribuição de insumos para a guerra, em todo o mundo. Paralisar portos e aeroportos, rodovias e ferrovias, de forma a inviabilizar a ajuda militar que chega para sustentar o massacre. Exigir a ruptura de relações e acordos, inclusive comerciais, com Israel.

As massas do Oriente Médio e região, bem como na Europa e Américas, já se colocaram nas ruas, às centenas de milhares, em favor dos palestinos. Na região do conflito, ocupam bases militares e instalações diplomáticas, dos EUA e de Israel. Já mostraram claramente de que lado estão. O obstáculo para que conformem um movimento internacional de fortalecimento dos

O proletariado não escolhe o campo de luta contra a burguesia mundial. Está em todas as trincheiras de combate opostas ao imperialismo. A tarefa internacionalista central é a de combate ao militarismo imperialista de destruição em massa, promovido pelos EUA e aliados em toda parte, sempre sem o apoio político a qualquer governo ou organização da burguesia, com organização e bandeiras de independência de classe. Essa tarefa subordina outras a um acerto de contas no futuro imediato. Também na Ucrânia, trata-se de se colocar pela derrota militar do imperialismo diante da Rússia, sem apoiar seu governo e preservando a independência política. Qualquer vitória parcial do imperialismo em qualquer lugar será uma derrota do proletariado mundial e um passo na direção da barbárie. Enquanto uma vitória das massas oprimidas favorece a luta contra a opressão nacional e pela revolução mundial.

Combatendo o imperialismo, as massas das nacionalidades oprimidas se organizarão e se prepararão para a derrubada de suas próprias burguesias. A luta anti-imperialista em toda parte ajuda a trilhar o caminho para a emancipação das massas por meio da revolução e ditadura proletárias, que construirá os estados operários e avançará para a Revolução Mundial Socialista. ●

GM ANUNCIA 1.200 DEMISSÕES

É preciso defender os empregos com a ação direta

A multinacional General Motors (GM) no dia 21/10, sábado, enviou para centenas de operários e-mails e telegramas anunciando as suas demissões. Foram demitidos ao todo 1.200 operários: 800 em São José dos Campos, 300 em São Caetano do Sul e 100 em Mogi das Cruzes.

Estas demissões ocorrem poucos meses após o Governo Federal conceder bilhões às multinacionais do setor o “Programa de Incentivo à indústria automotiva”. Segundo dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, somente a GM recebeu este ano 50 milhões de reais em benefícios fiscais. Segundo dados do Sindimetal de SJC as vendas da montadora nos três primeiros meses do ano tiveram crescimento de 42%, em comparação ao mesmo período do de 2022 e o lucro líquido da GM no segundo trimestre do ano foi de 3,06 bilhões de dólares.

Mesmo assim, os ataques aos trabalhadores não demoraram a começar, em um primeiro momento, a GM colocou centenas de trabalhadores em layoff, em São José dos Campos, por exemplo, são 1.200. Agora, atacam com as demissões, mesmo

que entre os demitidos estejam trabalhadores que estavam em layoff e que, pelo acordo coletivo, têm estabilidade no emprego até maio de 2024.

Diante das demissões, os três sindicatos metalúrgicos, Sindmetal de São José dos Campos (Conlutas), Sindmetal de São Paulo e Mogi (Força Sindical) e Sindmetal de São Caetano do Sul (Força Sindical), realizam assembleias e aprovaram greve por tempo indeterminado até que se cancele todas as demissões. A greve conjunta das categorias iniciou-se no dia 23/10.

As direções dos sindicatos enviaram cartas ao Governo Federal de Lula (PT), Estadual de Tarcísio (Republicanos) e aos prefeitos dos municípios, solicitando reuniões e pedindo que intervenham contra as demissões. Até o momento não houve resposta e quando houve, pela experiência de lutas passadas, foram somente declarações vagas e genéricas de “apoio”.

As Centrais Sindicais, por sua vez, emitiram uma nota conjunta no dia 24/10 contra as demissões. No entanto, é preciso ir além de declarações e garantir uma ampla campanha con-

tra as demissões e mobilizações de outras categorias em apoio.

No dia 27/10 houve uma Audiência de Conciliação o TRT de Campinas, mas a patronal foi intransigente na manutenção das demissões. No dia 31/10, o TRT-15 cancelou as demissões e mandou a GM reintegrar os 839 demitidos em São José dos Campos. Quando produzimos este boletim, ainda não havia resposta da multinacional.

A experiência mostra que só é possível quebrar a intransigência da patronal com a mobilização direta do movimento operário e dos demais assalariados. O caminho dos pedidos aos governos burgueses de plantão, à justiça burguesa, ao parlamento, servem para desviar a luta e pavimentar o caminho da derrota do movimento. É preciso concentrar todas as forças na greve, realizar assembleias unitárias, fortalecer o movimento até que a GM cancele todas as 1.200 demissões! ●

**TODO APOIO À GREVE DOS
METALÚRGICOS DA GM!
PELO CANCELAMENTO DAS
1.200 DEMISSÕES!**

CAMPANHA SALARIAL E MOBILIZAÇÃO NACIONAL DOS PETROLEIROS

Nos dias 27, 30, 31 de outubro e 1º de novembro, houve uma série de mobilizações dos petroleiros em todo o país, com atrasos e paralisações parciais nas refinarias, subsidiárias e unidades administrativas.

As mobilizações fazem parte da campanha salarial dos petroleiros, que estão em negociação com a Petrobrás para a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2023-2024. Os petroleiros, em uma pauta unificada entre a Federação Única

dos Petroleiros (FUP, filiada à CUT) e a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), exigem, entre outras reivindicações: a reposição das perdas salariais dos últimos anos, um aumento real proporcional ao aumento da lucratividade da empresa nos últimos anos, que o plano de saúde da empresa seja integralmente pago pela Petrobrás, etc.

O governo, na segunda proposta, indicou apenas a inflação do último ano mais 1%, o que na prática nem

repõe as perdas dos últimos dois anos, e não aceitou a inclusão da ultratividade e nem alterar o custeio do plano de saúde, que atualmente é 60x40 (60% pago pela empresa e 40% pago pelos trabalhadores).

Até o momento, as duas federações se colocaram pela rejeição das duas propostas rebaixadas, apresentadas pela “nova” direção da Petrobrás, o que evidencia que, apesar da mudança de governo e da direção, a empresa de economia mista

continua o ataque aos seus trabalhadores, enquanto preserva o interesse dos seus acionistas.

No entanto, para garantir as suas reivindicações, os petroleiros precisam dar um passo além da simples rejeição das propostas rebaixadas e, se apoiando nas mobilizações realizadas e na disposição de luta da categoria, organizar a greve unitária, de forma a arrancar do governo burguês as suas justas reivindicações! ●

O 32º congresso do SINPEEM ocorreu entre os dias 24 e 27 de outubro, no Anhembi/SP, com a participação de aproximadamente quatro mil profissionais de educação – entre docentes, gestores e Quadro de Apoio. Um congresso marcado pelo distracionismo, como já vinha ocorrendo nos anos anteriores. O diferencial neste ano foi a composição despolitizada dos delegados, que refletiu o processo de fechamento das instâncias deliberativas do sindicato – Reunião de Representantes de escola e Conselho Geral – que foram substituídos, desde a Pandemia, por reuniões virtuais (*lives* da burocracia sindical) e a política de submissão das correntes de oposição (reformistas e centristas) ao governo burguês de frente ampla Lula/Alckmin.

Nos quatro dias de congresso, os trabalhadores assistiram um painel de abertura, com o tema “Educação para um mundo novo”, e 4 grupos de interesse/palestras, em meio a 32 opções oferecidas, com temas estritamente pedagógicos, ressaltando os problemas vivenciados nas escolas (inclusão escolar, saúde mental no contexto escolar – bullying, assédio, relações de poder, violência, depressão infantil, dentre outros), combinados com algumas pautas identitárias (gênero, racismo e LGBTI+fobia). Todos os “grupos de interesse” se dirigiam na mesma direção – na necessidade de construir uma escola de gestão democrática, que respeite a diversidade, que se proponha a mediar os conflitos, que combine as experiências sociais com as novas tecnologias, dentre outras saídas de ordem pedagógico-administrativa, concluindo que o problema da educação é simplesmente um problema de gestão da escola, ou seja, não se traz para o debate a raiz dos problemas, que consiste na precarização do trabalho imposta pela política de privatização, de terceirização, de redução do quadro de funcionários, de ausência de suporte para o AEE (atendimento educacional especializado), dentro outros fatores de ordem estrutural, e que demandam a organização da luta coletiva para responder.

BALANÇO DO 32º CONGRESSO DO SINPEEM

Além das palestras, o congresso foi composto de duas plenárias, supostamente para debater o Texto Referência da direção e as emendas apresentadas pelos grupos políticos, incluindo o Plano de Lutas, e contou na programação com várias atividades culturais, uma feira e um espaço de relaxamento/massagem.

A **abertura do congresso** se deu com a participação de um músico tocando o Hino Nacional, seguida de homenagem aos educadores que faleceram esse ano, com a participação de seus familiares, dentre eles Daniela Heitinger, irmã de Max Heitinger, e de Beth Popp, mãe de Bárbara Popp, ambos palestrantes, que participaram de várias edições do congresso do SINPEEM ao longo dos anos. E, ao final, se fez menção aos trabalhadores da rede que faleceram. Após as homenagens, a mesa de abertura foi composta com convidados – membros do governo, representantes sindicais e membros dos partidos (PT e PSOL): secretária executiva da Secretaria Municipal de Educação (SME); chefe de assessoria da Secretaria Municipal de Gestão (Seges); Presidente do Centro do Professorado Paulista (CPP); Presidente da Central Única dos Trabalhadores de São Paulo (CUT-SP), Presidente do Sindicato dos Educadores da Infância (SEDIN), Secretário de Finanças do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp); Presidente do Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo (SINESP); Membro do diretório municipal do Partido dos Trabalhadores (PT) e o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL).

Na mesa de abertura, já estava delimitado qual seria o caráter desse congresso – de reafirmação da política de conciliação de classes – já que a burocracia sindical trouxe, para o

congresso dos trabalhadores, representantes do parlamento burguês e das demais burocracias sindicais, traduzindo as alianças firmadas em torno do governo Lula/Alckmin. De maneira geral, as expectativas das direções sindicais presentes convergiram com as promessas do candidato a prefeito de São Paulo, Guilherme Boulos, que não perdeu a oportunidade de proferir uma série de promessas, tais como lutar contra a privatização, assumindo compromisso com o serviço público e com os seus servidores, que passa pela revogação do tempo de trabalho congelado durante a Pandemia e o fim do confisco previdenciário aos aposentados.

Na sequência da mesa de abertura, Claudio Fonseca tentou fazer uma manobra para aprovar o **regimento do congresso** por consenso, sem discussão com o plenário. A manobra só não se concretizou, pois foi denunciada pela Unidade Independente, Classista e Combativa (UICC), que iniciou o debate com dois destaques principais: 1) Alteração da estrutura do congresso, que significava substituir as palestras e shows por grupos de debates seguidos de sessões plenárias; 2) Alteração da dinâmica do debate no congresso, que consistia na substituição do Texto Referência da direção por Teses apresentadas por cada agrupamento político e independentes. Ambos os destaques foram rejeitados pela maioria, por meio da manipulação do plenário por parte da burocracia, embora obtivessem muitos votos na segunda proposta, expressando a recusa de parte da categoria aos métodos burocráticos que anulam a democracia sindical. Outras questões menores foram destacadas pelas demais correntes, e aceitas demagogicamente pela burocracia, tais como a inclusão do debate sindical defendido por militante do PSOL, e ampliação do prazo para entrega de moções por independente, pois o burocrata sabia que não haveria tempo para debate algum nessa estrutura de congresso.

Na **primeira plenária**, a burocracia iniciou respondendo nossa intervenção no regimento de defesa da discussão por Teses, tentando justificar

com mentiras que o texto referência não era um texto da direção sindical, e sim um acúmulo de debate da categoria, mas que democraticamente abriam essa primeira plenária com 5 minutos para cada proponente defender o conjunto das suas emendas, fazendo o plenário acreditar que isso era a defesa de teses reivindicada por nós. Houve neste congresso 15 grupos proponentes de emendas ao texto referência, dentre nós da Corrente Sindical Marxista Guillermo Lora/PPRI, atuamos conjuntamente a UICC, enquanto as demais correntes ditas de oposição apresentaram algumas emendas como Oposição Unificada, e mais 9 blocos de emendas de forma individual por cada corrente, comparecendo o PT dividido em 2 grupos, um do Debate Cutista, que compõe a Oposição Unificada, e outro que se denominou Coletivo de escolas, que compõe a direção junto com a burocracia sindical. Foi apresentado ainda um grupo de emendas pelo PCO e outro pelo MRT, ambas organizações que não participaram diretamente das últimas eleições sindicais.

O debate nessa primeira plenária foi ínfimo, pois a maior parte do tempo foi tomada pela exposição dos 15 grupos proponentes de emendas. Após essa apresentação geral das correntes, passou-se para a discussão corriqueira de definir por onde iniciar a discussão do caderno de referência, já que essa decisão significa na prática qual será o único ponto de discussão do congresso, em função de haver apenas duas plenárias. O resultado também se repete todos os anos, como não há consenso na definição de por onde começar, Cláudio Fonseca é quem determina, apelando para iniciar sempre pelo ponto da Política Educacional, sendo que este ano só foram apreciadas 11 emendas, algumas sem nenhuma discussão, pois o burocrata concordava demagogicamente com a emenda, mesmo que ela estivesse em completa oposição à sua política, só para anular o debate – essa estratégia foi aplicada à primeira emenda da política educacional de autoria da UICC, que caracterizava a crise da educação como consequência da decomposição do capita-

lismo, refletindo a necessidade da burguesia avançar com o parasitismo financeiro por meio das contrarreformas, das privatizações, dentre outros. Rejeitou apenas as emendas que faziam balanço negativo da atuação da burocracia sindical.

Vale destacar ainda o debate em torno de duas emendas:

- 1) Rechaço ao EAD – defendida pela Corrente Proletária e combatida pela burocracia, com a defesa explícita do ensino a distância, argumentando que não se pode abrir mão do uso das tecnologias, e que durante o período pandêmico foi importante ferramenta para garantir algumas aprendizagens. O plenário assimilou o discurso da burocracia e rejeitou essa emenda com algumas declarações de voto, dentre elas a de um militante da corrente Democracia e Luta/Oposição Unificada, que argumentou que era contrário ao EAD apenas na Educação Básica, argumento pedagógico de que os estudantes ainda não têm maturidade/autonomia para construir o conhecimento por meio dessa modalidade de ensino.
- 2) Crítica ao governo Lula/Alckmin, por não ter revogado as reformas do ensino médio e a BNCC – defendida pela militância do PSTU, que argumentou pela “independência de classe”, justificando que fizeram o voto crítico no governo Lula, mas que é preciso neste momento organizar a luta independente. A burocracia se contrapôs à emenda tecendo vários ataques ao conjunto das oposições, de que foram os criadores de Bolsonaro, pois, ao invés de defender um presidente “progressista”, que “está em disputa”, fortalecem a direita bolsonarista. A emenda foi rejeitada pelo plenário, com declaração de voto do PSOL, para dizer que ajudaram a eleger Lula e que sua eleição foi uma vitória importante, mas precisamos seguir organizando a luta. Um dos burocratas também utilizou a declaração de voto para desfechar mais ataques às oposições, dizendo que os militantes da CSP-Conlutas são “lobos em pele de cordeiros”, que são

oposição de esquerda ao governo Lula porque estão com saudade de Bolsonaro.

Na **segunda plenária**, prevaleceu o mesmo debate despolitizado, principalmente porque ocorreu após um show realizado no mesmo espaço, iniciando todos os anos com bastante atraso. Neste ano, em função do atraso de uma hora para iniciar a plenária, a burocracia eliminou o debate sobre a Palestina, que havia sido aprovado no final da plenária anterior, da qual a UICC havia encaminhado à mesa uma proposta de resolução publicada na sequência desta nota.

(...) se confirmou, mesmo no pouco tempo de debate, a política de submissão das correntes de oposição (reformistas e centristas) ao parlamento burguês, terceirizando a luta ao parlamento, o que não as diferenciou em essência da burocracia sindical.

Nesta segunda plenária, a burocracia fez novo apelo para ir direto ao debate do Plano de Lutas, para não correr o risco de sair do congresso sem um plano aprovado e, assim como também tem feito nos anos anteriores, esse é o momento em que abandona o seu Texto referência e apresenta um outro Plano de Lutas em separado, desacatando o que foi aprovado no regimento no início do congresso. Até o ano passado, esse plano era acordado com as correntes majoritárias da Oposição Unificada; já este ano, Claudio Fonseca distribuiu seu Plano ao plenário dizendo que tinha feito um esforço de unidade, concentrando todas as reivindicações contidas no caderno. As correntes do PT e do PSOL que compõem a Oposição Unificada também encaminharam à mesa uma proposta de Plano de lutas, assim como a corrente Nossa Classe/MRT, o que também os coloca na mesma situação de passar por cima da decisão do plenário, que aprovou no regimento seguir o texto referência. Os três planos foram lidos, e feitos destaques pelo plenário,

sendo a maioria dos destaques feitos ao plano da burocracia, já que esse era possível acompanhar melhor, porque todos tinham uma cópia impressa em mãos, único que acabou sendo discutido em função do pouco tempo de plenária.

Deste debate do Plano de Lutas, dois pontos merecem destaque: 1) Educação Integral – burocracia defendeu a educação de tempo integral como um direito da mulher trabalhadora, revelando uma posição completamente assistencialista, como têm feito os governos como política eleitoreira; por parte da oposição, houve defesas completamente contra a educação integral, e um setor do PSOL declarou voto, dizendo que era apenas contrário à educação de tempo integral e não ao princípio de uma educação integral, alimentando ilusões de que essa educação seja possível no capitalismo. A defesa da educação integral foi mantida conforme defendida pela burocracia; 2) Efetivação dos trabalhadores terceirizados – a burocracia fez acusação aos setores de oposição que defendem essa proposta (MRT e UICC), de que são bolsonaristas, pois esse é o conteúdo da PEC 32, acabar com a estabilidade garantida pelo concurso público, que essa defesa levaria ao fim dos concursos, fortalecendo a PEC 32. A proposta de efetivação dos terceirizados foi rejeitada com 3 declarações de voto, uma da burocracia reforçando o ataque de que somos contrários ao concurso público, uma do PSOL para apenas responder que não somos bolsonaristas ao defender as trabalhadoras da limpeza, em sua maioria mulheres negras, e uma do PT/Oposição Unificada, que defendeu o concurso público com cursinho preparatório para esses trabalhadores passarem no concurso, ou seja, se colocou também contra a efetivação sem concurso.

Sobretudo, como já caracterizamos no início desse balanço, se confirmou, mesmo no pouco tempo de debate, a política de submissão das correntes de oposição (reformistas e centristas) ao parlamento burguês, terceirizando a luta ao parlamento, o

que não as diferenciou em essência da burocracia sindical. A UICC foi a única que compareceu ao congresso unificada na defesa dos princípios classistas da real independência de classe, da democracia operária e dos métodos da ação direta, porém sem espaço para expressar sua política em meio a estrutura burocratizada, por isso atuamos no congresso convocando os trabalhadores para duas atividades: uma plenária para discutir o papel do sindicato e de suas instâncias de base, a partir de um

manifesto distribuído aos delegados, e no último dia para uma plenária de balanço, em que, dentre os pontos discutidos, foi destacada a necessidade de uma atuação nas escolas anterior ao congresso para disputar a eleição dos delegados, bem como a continuidade da defesa dos princípios da luta de classes em todas as instâncias do sindicato, a fim de forjar uma vanguarda revolucionária que esteja disposta a recuperar o sindicato para a luta política contra os governos e patrões. ●

PALESTINA

Resolução apresentada em defesa da Palestina no 32º Congresso do SINPEEM

A guerra travada na Palestina supostamente contra o Hamas é, na verdade, uma política orientada a quebrar a resistência dos palestinos e impor o controle completo dos sionistas sobre a Faixa de Gaza.

As massas oprimidas do mundo todo manifestam seu ódio aos genocidas e defendem abertamente o direito dos palestinos a lutar e combater, sem exigir qualquer condição quanto aos métodos do Hamas.

Não se pode admitir qualquer limitação ao apoio aos palestinos e à condenação de Israel, sob a crítica ao Hamas e as milícias jihadistas, quando estão sob fogo do sionismo e do imperialismo. É dever dos revolucionários combaterem em todas as trincheiras contra a burguesia mundial imperialista. Porém, sem nunca apoiar politicamente as organizações jihadistas, e preservando sua independência política e organizativa próprias. É necessário pôr em pé uma ação internacionalista geral e unitária de apoio aos palestinos, recorrendo às manifestações, greves e boicotes, bloqueio de portos, aeroportos, estações ferroviárias, fronteiras, ocupação de instalações sionistas, exigência aos governos pela ruptura com o Estado de Israel, e todo tipo de apoio possível aos palestinos sob o ataque sionista. É preciso afetar a economia, atacar os lucros dos capitalistas em toda parte, como parte da luta de classes internacional contra a burguesia e a opressão sionista em Gaza. ●

DEFENDEMOS:

Pela aprovação nos sindicatos e organizações de massa de uma campanha internacionalista de defesa dos palestinos, com o chamado de greve geral! Pela derrota do imperialismo e do sionismo!

**PPRI****Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista**

🌐 ppri4.org / ppri.partido@proton.me // correntesindicalmarxistagloria@proton.me // correnteestudantimarxistagloria@proton.me

| APEOESP

BUROCRACIA DA APEOESP MANOBRA ASSEMBLEIA E IMPÕE FREIO AO MOVIMENTO

Ocorreu, no dia 20 de outubro, a primeira assembleia presencial da Apeoesp no ano, e, com mais de 5 mil professores, e foi burocraticamente manobrada pela direção majoritária (Articulação Sindical, CTB e PSOL). Desde o começo do ano, a Oposição Combativa tem pressionado a direção burocrática para que se convoque a assembleia. O ano começou com vários problemas, que o magistério não pode enfrentar, apenas assistiu passivamente. Tivemos a pior atribuição da história, sem qualquer transparência. Os diretores, junto aos supervisores, escolheram a dedo a maior parte dos professores contratados, que tiveram suas pontuações bagunçadas pela Secretaria, que as usou como desculpa para que a atribuição ocorresse sem qualquer critério. Logo depois, vieram os ataques às escolas, como o que resultou na morte da professora Elizabeth Tenreiro, morta a facadas por um estudante. Em seguida, o governo apresentou um mísero reajuste de 6%, que ficou longe de compensar as perdas salariais de décadas. Não faltaram motivos para a necessidade de chamar uma assembleia, para que a categoria pudesse organizar seu calendário de lutas e enfrentar os ataques do governo.

que eles não queriam ficar submetidos a ele. A suposta contradição entre calendários, colocada como impedimento à unificação, acoberta a decisão da direção da Apeoesp de impedir a ação grevista e mobilização unitária contra o governo Tarcísio. Mas, também transparece que os tais calendários aprovados refletem interesses eleitorais particulares de cada direção burocrática. O calendário das direções de metroviários, ferroviários e da Sabesp estão atrelados ao plebiscito contra as privatizações, que procura desgastar o governo Tarcísio e favorecer a candidatura de Boulos. O da burocracia da Apeoesp está ligado às manobras parlamentares e interesses eleitorais de Bebel. É visível a completa irresponsabilidade com o movimento e a disputa de calendários, que mostra a disputa eleitoral entre as burocracias sindicais do PSOL e PT.

Já no Conselho de Representantes, a burocracia deu sinais de seu objetivo de bloquear qualquer movimento de rua ou de convocação de novas assembleias, e cortou o tempo de fala, dando apenas 2 minutos para que as correntes falassem. Saltou aos olhos a posição extremamente rebaixada da corrente Re-

eleições sindicais, esse setor tem mostrado sua completa subserviência à burocracia, e seus interesses eleitorais, de participar de um eventual acordo entre o PT e PSOL para eleger Boulos na capital, visando a participar da distribuição de cargos em um futuro governo Psolista/Petista. Já está o conteúdo de sua capitulação. Outra posição estranha no Conselho de Representante veio da militante do Reviravolta/PSTU, Flávia, quando defendeu um ato e não a assembleia, quebrando assim, nos fatos, a unidade da Oposição Combativa, que objetivava dar uma luta comum pela convocação de assembleias para votar um plano de luta. Finalmente, pressionada e criticada pelos demais militantes da oposição, acabou adotando uma posição oportunista: votou nas duas posições que se chocavam, ato e assembleia.

AS MANOBRAS DA ASSEMBLEIA E O FREIO AO MOVIMENTO

Reafirmando o que se havia passado no Conselho de Representantes, a burocracia repetiu na assembleia a manobra de impor apenas dois minutos de falas, “para que todos pudessem falar”, segundo o burocrata Fábio. A Oposição Combativa conseguiu de forma improvisada defender de forma unitária a assembleia, inclusive o PSTU, que no CR havia defendido o ato.

Nossa defesa foi no sentido de colocar o problema internacional das Guerras de Israel contra os Palestinos e da Ucrânia, nos colocando pela derrota de Israel/Estados Unidos, e pela derrota militar da OTAN contra o imperialismo na Ucrânia. Colocamos também que a luta contra as privatizações é urgente, e que não pode se restringir apenas a Tarcísio em São Paulo, que as centrais e sindicatos devem organizar as lutas também em nível nacional, visto que o governo burguês de Frente

Reafirmando o que havia passado no Conselho de Representantes, a burocracia repetiu na assembleia a manobra de impor apenas dois minutos de falas, “para que todos pudessem falar”, segundo o burocrata Fábio. A Oposição Combativa conseguiu de forma improvisada defender de forma unitária a assembleia, inclusive o PSTU, que no CR havia defendido o ato.

A assembleia foi marcada para o dia 20/10, ignorando a greve em unidade dos metroviários, Sabesp e CPTM, que ocorreu no dia 3 de outubro. Quando feita a crítica, os burocratas justificaram que os metroviários queriam definir o calendário e

sistência, do PSOL. As falas de seus militantes estavam completamente coladas às da burocracia venal. Não por acaso, se colocou contra uma nova assembleia, e defendeu um “ato unitário para barrar as privatizações de Tarcísio”. Passadas as

(...) a luta contra as privatizações é urgente e que não pode se restringir apenas a Tarcísio em São Paulo, que as centrais e sindicatos devem organizar as lutas também a nível nacional, visto que o governo de Frente Ampla Lula/Alckmin também tem atacado os explorados nesse terreno, colocamos ainda como exemplo desses ataques o Arcabouço Fiscal que vai retirar dinheiro dos cofres públicos para serviços sociais para pagar os juros da dívida pública.

Ampla Lula/Alckmin também tem atacado os explorados nesse terreno, colocamos ainda como exemplo desses ataques o Arcabouço Fiscal, que vai retirar dinheiro dos cofres públicos de serviços sociais para pagar os juros da dívida pública. Arcabouço e privatizações fazem parte da mesma política para salvaguardar os lucros dos capitalistas diante da crise do capitalismo. Denunciamos o concurso como elemento das demissões dos professores, colocamos a defesa da efetivação dos professores contratados sem concurso. Por fim, defendemos uma assembleia conjunta e em unidade com os trabalhadores da Sabesp, Metrô e CPTM contra as privatizações, e em defesa dos serviços públicos, a exemplo dos transportes, água e esgoto e a educação para todos.

Na votação, o burocrata Fabio encaminhou a votação com a manobra de votar primeiro o ato unificado e depois a assembleia. Não nos opomos a que haja um ato unificado nesse dia, porém, a burocracia coloca o ato contra a assembleia, porque não quer mobilizar as bases. A assembleia organiza e orienta a militância a percorrer as escolas e mobilizar os professores em defesa de suas reivindicações, e que estão sob forte pressão pela política privatista do governo, e isolados pela burocracia, que desvia todo e qualquer movimento das bases para a pressão parlamentar. O exemplo concre-

to disso, é que, diante da iniciativa do governo, que pretende cortar 5% das verbas da educação, reduzindo o percentual de 30% para 25%, a burocrata Maria Isabel colocou como proposta a ida aos gabinetes dos parlamentares “para fazer pressão contra o corte”. Além dessa proposta e de outras ações submetidas a esse tipo de pressão no parlamento, a burocracia fez o relançamento da campanha “Grito pela Educação”, que, como todas as ações, também está submetida à política de pressão no parlamento, como já sabemos fadada ao fracasso, para defender as reivindicações e condições de vida trabalho da categoria. A insistência desses métodos parlamentares e institucionais é usá-los para as campanhas eleitorais de Bebel e os demais burocratas. Depois de ser eleita deputada, e em seguida ser reeleita pela segunda vez, Maria Isabel e o restante da burocracia, inclusive do PSOL, que antes se colocava no campo da oposição eleitoral, converteram o sindicato numa correia de transmissão de seus interesses eleitorais e base de apoio ao governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin, passando por cima das reais necessidades do magistério.

Uma nova assembleia é urgente, para organizar a categoria que será atacada com o desemprego. Nesse sentido, o governo soltou recentemente o resultado do concurso, onde

usou como macete a vídeo/aula, para eliminar aproximadamente 70 mil professores. Está em vias de soltar sua resolução de atribuição de aulas, onde mantém a jornada maior como critério de atribuição, piorando nesse sentido, pretende usar também a frequência dos professores para esse fim, punindo os professores que se afastam pelo adoecimento. O governo ainda tem passado o pente fino, fechando salas nas PEIs e, ao que tudo indica, nas regulares também. Tem ainda a intensa opressão dos professores, que sofrem com a imposição das plataformas digitais e várias tarefas burocráticas. Nas PEIs, a avaliação 360 é usada como chicote sobre os professores. Como podemos ver, o governo não pára de impor retrocessos contra as conquistas mais elementares do magistério, e a direção burocrática se recusa a erguer a categoria como força social para enfrentar os ataques. ●

Construir a Unidade para lutar nas ruas contra as privatizações e as terceirizações!

Chamar a assembleia dos professores para, em unidade com os trabalhadores da Sabesp, Metrô e CPTM, possamos lutar contra as privatizações!



PPRI

**Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista**



FOLHETO

**Pontos para uma
Resolução
Internacional**

Situação Nacional

Apresentadas às Conferências Regionais
do POR - 2023

Fração G. Lora – Em defesa do programa
Dezembro de 2022

Adquirir com nossos militantes!

FOLHETO

**notas sobre o
PROBLEMA
EDUCATIVO**



Adquirir com nossos militantes!

O 14º Congresso Nacional da CUT

O 14º Congresso Nacional da CUT (14º Concut) acontece em meio a uma terrível situação para as massas, e quando elas reagem como podem aos ataques sobre seus salários, empregos e direitos. No entanto, o Congresso não expressa as reais necessidades das massas, muito menos as lutas que erguem. É um congresso totalmente burocrático, voltado a legitimar em suas resoluções tudo o que as direções sindicais governistas têm feito na prática: defender obsessivamente as políticas do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin, conter como podem qualquer tendência de luta das massas, manter as lutas que ainda ocorrem, apesar da conduta traidora das direções, fragmentadas, isoladas, divididas. A colaboração com os capitalistas e seus governos é tal que o exercício da ação sindical é limitado a negociar os ataques que recaem sobre as massas no quadro estabelecido pela burguesia, seus governos e instituições.

A tremenda burocratização do Congresso já se prova pelo fato de que qualquer trabalhador que pretenda participar dele terá de fazê-lo conduzido pelas mãos das direções sindicais. Somente poderá ser delegado se disser amém paras as condições impostas pela burocracia sindical. Para ser delegado, terá de passar por filtros que condicionam politicamente a escolha de delegados. E, se não for delegado, nem mesmo poderá estar presente nas plenárias que decidirão a política e organização da Central. Aliás, com muita dificuldade saberá onde ocorrerá o Congresso, já que sequer isso está informado às bases.

A maior central sindical do país aprovará, com toda certeza – já que a maioria esmagadora dos delegados são indicados a dedo pelas direções – uma maior centralização política ao redor do governismo, uma política sindical ainda mais subordinada aos interesses gerais dos patrões e governos, o colaboracionismo mais aberto quanto à chamada “reestruturação das relações do trabalho” – entenda-se aqui, maior exploração do traba-

lho assalariado, menos direitos, mais precarização e terceirização, menos empregos e menores salários, etc.

O maior distanciamento das bases é consequência direta da política pró-patronal e pró-governista da direção. Um balanço político da atuação da Central nos últimos anos prova isso.

UMA DIREÇÃO QUE ENTREGOU O DESTINO DAS MASSAS AOS EXPLORADORES E SEUS GOVERNOS. NA PANDEMIA

Quando a Pandemia chegou ao Brasil, as direções sindicais, com a da CUT à frente, desmobilizaram e fecharam os sindicatos, deixando a resposta ao Covid-19 nas mãos dos governos e dos capitalistas. Sem chamar as assembleias para discutir e aprovar um plano de reivindicações que pudesse de fato proteger as massas, as direções ainda colaboraram com os acordos de redução de jornada e salários, demissões e terceirização, e outras medidas de proteção aos capitalistas. Parte das massas foi levada à política burguesa de isolamento social (quarentena de classe), parte teve de se manter trabalhando, pegando o transporte público e o caminho para os caixões. Jamais uma direção pode entregar o destino dos trabalhadores aos seus exploradores e governos. Somente com uma posição de independência de classe e uma resposta classista, seria possível defender de fato a vida das massas, que a burguesia e seus governos provaram não serem capazes de fazer.

UMA DIREÇÃO QUE SE NEGA A DEFENDER A FONTE DE SOBREVIVÊNCIA EM TROCA DE MIGALHAS

O fechamento de fábricas tem resultado numa reação em cadeia pela produção, afetando toda a cadeia produtiva, e multiplicando as demissões e o desemprego, assim como o comércio ligado a esses assalariados. As direções sindicais se negam a organizar os trabalhadores para resistirem ao fechamento de fábricas, defendendo os empregos por meio das ocupações, controle operário co-

letivo e estatização, e convocando a luta unitária da classe para proteger os empregos e salários. Negociam as indenizações, dentro dos planos dos capitalistas de fechamento e demissão. Agem como um intermediário que favorece os patrões, como agente político de suas medidas ao interior das organizações de massa.

UMA DIREÇÃO QUE NEGOCIA COM O GOVERNO A DESTRUIÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS

As reformas trabalhista e previdenciária foram aprovadas, apesar dos protestos das massas, na poderosa greve geral de 2017 e na outra de 2019. Isto porque as direções se negaram a unificar e ampliar os movimentos, a radicaliza-los para impor sua derrubada com a força coletiva das massas, preferindo o caminho da apresentação de emendas parlamentares. Aqui também seguiram o caminho das negociações no campo ditado pelos governos, Temer e Bolsonaro. O cretinismo parlamentar que domina a prática das direções e dos partidos e organizações de esquerda presta uma colaboração inestimável para que a burguesia e seus governos despejem o peso da crise sobre as massas.

UMA DIREÇÃO QUE NÃO É CAPAZ DE DEFENDER AS ESTATAIS E ORGANIZAR A LUTA CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES

Seja com governos do PT, do MDB, da extrema-direita ou de Frente Ampla, as privatizações prosseguem. As privatizações são uma medida de proteção ao capital financeiro, que diante da crise capitalista não consegue preservar seus lucros somente com o aumento da exploração do trabalho. A entrega das estatais aos exploradores permite que mantenham seus lucros, explorando a propriedade antes estatal, reduzindo investimentos, aumentando tarifas, e quem paga por tudo são as massas. A luta contra a privatização não é organizada nem mesmo no interior das estatais ameaçadas, quando deveria ser uma luta geral dos explorados. As direções mantêm

sua posição formal contrária às privatizações, mas deixa que tudo seja resolvido por dentro das instituições da democracia burguesa apodrecida, que só pode decidir em favor de mais ataques às massas para proteção dos capitalistas e seus lucros.

UMA DIREÇÃO QUE SE COLOCA A APOIAR FRAÇÕES CAPITALISTAS, SUBORDINANDO OS TRABALHADORES AOS INTERESSES E DISPUTA DE SEUS OPRESSORES

Para os assalariados, não importa se o Banco Central mantém juros elevados e se a inflação está dentro ou fora da chamada Meta Fiscal. O que importa aos assalariados é a capacidade de compra dos salários e a existência do emprego a todos. Mas as direções se negam a defender as necessidades próprias das massas e as chamam a apoiar esta ou aquela fração da burguesia, bancos ou indústria. Submetem as organizações das massas à disputa entre os capitalistas, para ver quem fica com uma fatia maior ou menor do que sugam dos assalariados por meio da exploração do trabalho. Ignoram completamente a necessidade de defender os salários por meio do reajuste automático de salários de acordo com a inflação medida pelos trabalhadores, e um salário mínimo real definido nas assembleias; e os empregos, por meio da estabilidade no emprego e redução da jornada sem redução de salários de forma a que não haja mais nenhum desempregado (escala móvel de horas de trabalho).

UMA DIREÇÃO QUE SERVE DE BASE ELEITORAL E ARRASTA SUAS BASES A APOIAR UM GOVERNO BURGUEÊS

Nas eleições burguesas, está em jogo que parte da burguesia vai comandar o Estado burguês. Nas últimas eleições, de um lado, se colocaram as frações mais avançadas (?) do capital nacional (Fiesp, Febraban, etc.), e os governos das potências imperialistas (tendo os EUA à frente) – essa frente apoiou Lula/Alckmin; e de outro, os madeireiros e garimpo ilegal, o agronegócio e grandes comerciantes, juntamente às igrejas evangélicas, fabricantes de armas, etc. – essa frente apoiou Bolsonaro.

Os assalariados e suas organizações de massa não devem apoiar nenhum governo burguês. O que determina se há avanços ou retrocesso é a correlação de forças na luta de classes entre explorados e exploradores e seus governos. Qualquer governo burguês governará protegendo a burguesia e atacando as massas. Basta ver o Arcabouço Fiscal, Reforma Tributária e Marco Temporal, para ver como a burguesia maneja seu governo para proteger seus interesses, à custa dos ataques às massas.

POR UMA DIREÇÃO REVOLUCIONÁRIA PARA A CUT

Não será por meio de um congresso burocrático e governista até o último fio de cabelo que a CUT poderá servir de organismo para a unidade de ação das massas contra a burguesia e seus governos. Mas as massas lutam em defesa de suas condições de vida e trabalho, como provam as 558 greves somente no 1º semestre deste ano. O mesmo acontece nos continentes em todo o mundo. As massas são movidas pelas contradições objetivas do capitalismo em decomposição, apesar das direções. Esse impulso não poderá ser eternamente contido pelas políticas de conciliação de classe, pelo governismo, pelo burocratismo. As massas romperão o dique de contenção de suas lutas, e vão unificá-las instintivamente, ultrapassando suas direções corrompidas ideológica e economicamente pelos exploradores. Dessa forma, vão recuperar suas organizações de massa, os sindicatos e a sua central. A construção de frações de oposição revolucionária no seu interior vai ajudar nesse caminho, que vai dar passos para a conquista do poder próprio dos explorados, o governo operário e camponês, que virá por meio da revolução proletária.

COMO SERIA UM CONGRESSO DE LUTA E COM DEMOCRACIA OPERÁRIA

1) *Deveria eleger delegados nas assembleias de base, priorizando as assembleias operárias e dos setores em luta, em greve, com peso dobrado na escolha de seus delegados.*

- 2) *A escolha dos delegados deveria ser feita a partir das suas propostas políticas feitas em teses, distribuídas com antecedência, e também a partir da avaliação coletiva de sua prática no movimento.*
- 3) *O congresso deveria se concentrar na discussão coletiva das resoluções que respondessem à terrível situação vivida pelas massas, sob sucessivos ataques dos capitalistas e seus governos às condições de vida e trabalho. Deveria se assentar na defesa das reais necessidades das massas a serem defendidas com a luta de classes, na mais ampla democracia operária, e na real independência de classe.*
- 4) *Os delegados eleitos diretamente pela base prestariam contas do que discutiram e decidiram no Congresso às bases que os elegeram. E trabalhariam pela unidade política e organizativa das massas contra os governos e os capitalistas.*
- 5) *Um Congresso de luta jamais se colocaria pela defesa de interesses patronais, opostos aos explorados. Muito menos se subordinaria a qualquer governo burguês, fosse ele de direita ou de esquerda.*
- 6) *A eleição da direção da Central deveria escolher aqueles delegados que expressassem mais fielmente as resoluções aprovadas. Por meio da proporcionalidade, permitir que todas as correntes de pensamento da classe participassem da direção. A direção deveria estar subordinada ao controle das bases, com revogabilidade de mandato e rodízio de cargos.*
- 7) *Um Congresso de luta terminaria aprovando um plano de lutas que organizaria uma campanha nacional de mobilização por uma plataforma de reivindicações que unisse nacionalmente as massas contra os capitalistas e seus governos.*
- 8) *Um Congresso de luta avançaria na organização dos explorados em direção à construção de seu poder próprio de classe, se colocaria pela revolução proletária e pelo governo operário e camponês. ●*

Greve geral de Estudantes da USP termina sem conquistar as reivindicações

A importância política da greve geral de estudantes da USP, encerrada a partir das unidades, no final de outubro, está no combate pela ação direta às políticas de privatização, precarização e elitização da universidade, na expressão de uma forte e generalizada tendência de luta entre os estudantes, e na reprovação prática da política de conciliação de classes das direções do DCE e CAS.

A burocracia universitária da USP, subordinada ao governo do Estado, vem aplicando, ao longo dos últimos anos, uma política que favorece as relações de parasitismo de empresas sobre o orçamento, pessoal e instalações da USP. Todo tipo de falcatura é cometido pela burocracia autoritária. O privatismo virou lei. O favorecimento privado se dá por meio de Fundações privadas, administradas geralmente pelos mesmos burocratas que comandam a USP; por terceirização de serviços, que favorece empresas que desaparecem do mapa de tempos em tempos, levando verbas pagas a elas consigo, e que têm de ser repostas pelo orçamento da universidade; por meio de parcerias e consultorias, que parasitam recursos, pessoal e instalações da USP.

A precarização é parte do privatismo. A moradia estudantil é cada vez mais sucateada, de forma a que os estudantes mais pobres sejam despejados, e os futuros prédios reformados sejam destinados a aluguel, nova fonte de dinheiro para os burocratas corruptos. Todos os serviços são piorados e desintegrados, de forma a serem assumidos por empresas privadas, que oferecerão serviços ainda piores, e remunerados. Basta ver os ônibus circulares, que já foram gratuitos e da USP, e hoje enchem os cofres da Viação Gato Preto, oferecendo um serviço muito aquém do necessário – eufemismo para as latas de sardinha que são seus ônibus.

As bolsas estudantis estão em valores defasados, não servem sequer para sustentar um aluguel de um quarto

na região. Já estiveram no patamar de US\$ 400,00, no fim da década de 1990. Hoje, estão na ordem de US\$ 160,00. E são cada vez mais restritas, na sua distribuição.

A elitização se dá por meio de medidas que favorecem os estudantes mais ricos, e desfavorecem os mais pobres. As aulas a distância, durante a Pandemia, ressaltaram essa política: quem teve de recorrer à internet, morador do Crusp ou de bairros periféricos, não teve como acompanhar as aulas em vídeo, por causa dos sinais fracos ou inexistentes. Centenas foram jubilados em massa, a partir de 2022, por não conseguirem cumprir as exigências decorrentes do EaD.

Em 2017, seguindo o governo golpista de Temer, a USP elaborou sua política de Teto de Gastos. Desde o início dos anos 2010, muitos professores e funcionários deixaram a universidade, sem terem sido repostos por meio de contratações. O teto de Gastos de 2017 levou milhares de funcionários ao PDV. De 2014 a 2023, a USP perdeu mais de 1.600 professores e mais de 5400 funcionários.

A falta de professores passou a inviabilizar o oferecimento de disciplinas, inclusive obrigatórias, levando até ao fechamento de um curso. Setores da própria burocracia reivindicaram uma reposição emergencial. A reitoria eleita desde 2022, uma aliança de petistas e alckmistas, elaborou um plano de contratações, 875, a serem feitas gradualmente, até 2025. E o critério de distribuição dessas vagas seria a partir do mérito acadêmico, em outras palavras, da produtividade de cada unidade. O que levará ao fortalecimento de unidades que hoje já são mais fortes, e ao enfraquecimento das unidades mais carentes, justamente pela falta de docentes. Como o número é ainda assim insuficiente, seriam estimulados meios de contratação por meio de fundações e parcerias. Esse plano se mostra bem adequado à privatização e elitização, de um lado, e precarização, de outro.

UMA GREVE QUE SE ESPALHOU COMO RASTILHO DE PÓLVORA

Diante da situação, os estudantes de unidades e cursos mais carentes se rebelaram primeiro. É natural que as unidades mais afetadas, pela falta de professores, de bolsas e de moradia, sejam os primeiros a se levantar em luta. As particularidades das unidades vão se refletir na diferenciação do grau de disposição para a luta entre elas. Por isso, a greve estudantil nasce no curso mais precarizado e massivo de todos, a Letras. Espalha-se pela FFLCH (História, Geografia, Filosofia e Ciências Sociais), e chega às demais unidades, alcançando até mesmo a Escola Politécnica, a Medicina, a Economia e o Direito. A unidade grevista de todas as unidades da capital mostrou que a política privatista, de precarização e elitização, afetou todas as unidades. Os estudantes se ergueram em greve ao redor das reivindicações gerais, apesar de levantarem também, durante o movimento, as necessidades particulares.

As assembleias de cursos permitiram a greve se espalhar a todos eles. Mas, constituída a unidade grevista, cabe à assembleia geral resolver sobre as questões do movimento geral. As assembleias de curso devem aprovar apenas indicativos para a assembleia geral, no que diz respeito ao movimento geral. Não tem cabimento que uma assembleia de curso isolada delibere sobre o movimento geral. No entanto, foi justamente esse meio o que as direções do DCE e CAS usaram para deformar a greve e dissolvê-la por partes.

Uma greve tão generalizada precisava de uma orientação clara de mobilização permanente desde os cursos até a assembleia geral. As mobilizações de rua fora da universidade, sua preparação e um comando de mobilização permanente deveriam ser os pilares da greve. Nos cursos, as atividades de greve deveriam ser promovidas para que os estudantes grevistas participassem. Mas as direções elaboraram as atividades culturalistas/acadêmicas nas unidades, distraçionistas, que levaram



(...) a greve foi deformada e colocada sob rígido controle das direções. As negociações e o próprio calendário da greve se subordinaram às determinações da reitoria. A reitoria impôs uma derrota política às direções, fazendo-as se subordinarem aos planos e orçamento traçados pela reitoria e governo. A comissão de negociação abandonou parte das reivindicações, e submeteu as demais aos limites impostos pela burocracia universitária.

a maior parte dos estudantes à greve de pijama. Elegeram o comando nas mesmas unidades e desvinculado das assembleias gerais, de forma que o comando se tornou em instrumento de negação e violação das decisões das assembleias gerais, e constituiu uma comissão de negociação por cima delas.

Dessa forma, a greve foi deformada e colocada sob rígido controle das direções. As negociações e o próprio calendário da greve se subordinaram às determinações da reitoria. A reitoria impôs uma derrota política às direções, fazendo-as se subordinarem aos planos e orçamento traçados pela reitoria e governo. A comissão de negociação abandonou parte das reivindicações, e submeteu as demais aos limites impostos pela burocracia universitária.

Mas a reitoria não deixou seus subordinados de mãos vazias para irem defender o fim da greve na assembleia geral. Calculou o número de profes-

res que se aposentariam e precisariam de reposição imediata (147), e propôs a contratação de professores temporários para estes e para os 875 que seriam contratados em seu plano original, mas até 2024, e não 2025. E se comprometeu a dar café da manhã em todos os bandejões, mas sem contratar funcionários para isso. Pior de tudo, estabeleceu que não haveria punição dos grevistas em geral, mas sim dos que derrubaram a grade da ECA, e nas unidades, a cargo das diretorias, em caso de dano ao “patrimônio público”. As direções se submeteram a apoiar esse acordo que contém repressão aos estudantes.

Uma vanguarda das unidades mais mobilizadas e da moradia estudantil, presente na assembleia geral, recusou a proposta de acordo da reitoria, por não satisfazer minimamente as necessidades traduzidas em reivindicações. As direções foram vaiadas. A greve continuou.

A conduta das direções derrotadas e subordinadas pela reitoria/governo foi a de boicotar a decisão da assembleia geral. Aproveitando-se da situação de “greve de pijama” nos cursos, passou a desenvolver uma campanha pela aprovação do fim da greve nas assembleias de curso. Contou para isso com o suporte da reitoria, das diretorias e da burocracia universitária em geral, que pressionou por todos os meios pelo fim da greve, com chantagens e ameaças de repressão.

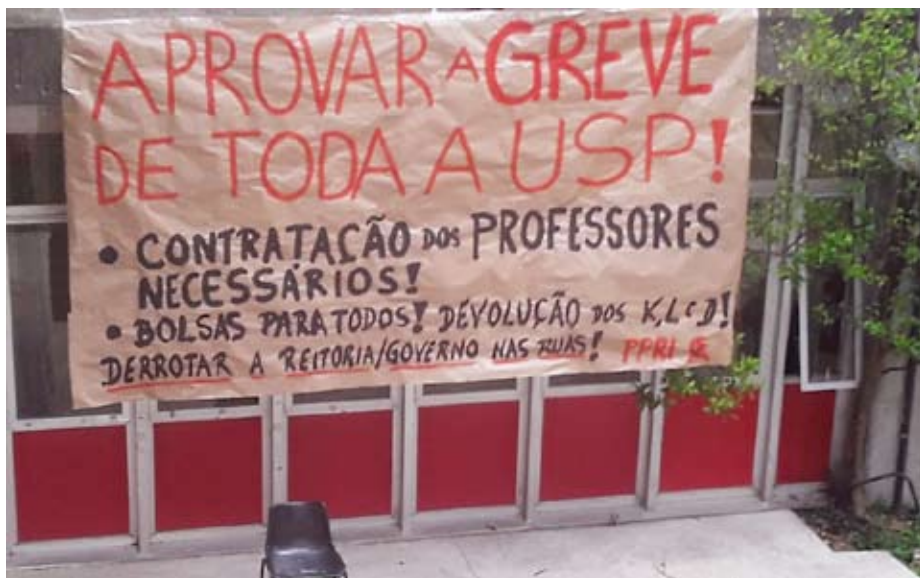
A greve passou a ser desintegrada a partir das assembleias de curso. As direções demonstraram um empenho inédito para acabar com a greve. Chegaram ao ponto de publicar um manifesto conjunto já considerando a

greve encerrada sem passar pela assembleia geral. Ainda que com poucos cursos em luta, a assembleia geral não se curvou à exigência das direções de fim da greve.

A reitoria veio novamente em seu socorro. Colaboradores tão fiéis não poderiam ser deixados abandonados. Elaborou uma carta de orientação para que as faltas dos grevistas fossem computadas e se realizasse a reprovação em massa e jubilamentos. Colocou o “bode na sala”, uma medida tão grave que sua retirada poderia ser usada como “conquista” e instrumento de defesa do fim da greve pelas direções traidoras. Publicações de internet provam que já havia um acordo com a comissão de negociação para a retirada da carta e divisão da repressão entre as unidades, onde cada uma negociaria os termos. Ou seja, as menos organizadas sofreriam maiores penalidades. A divisão do movimento daria mais poder aos diretores sob a batuta da reitoria, para desfechar a repressão de forma seletiva aos grevistas.

O que atrapalhou esse jogo de cena foi a organização de uma ocupação de um prédio administrativo da reitoria, bloco K, antes da assembleia geral. Apesar de setores da direção do DCE tentar mudar o local da assembleia e até cancelá-la, ela aconteceu por pressão da base em frente à ocupação, aprovou a continuidade da greve e apoio à ocupação. Foi necessário a essas direções acabar com as greves dos cursos mais importantes na mobilização naquele momento, Letras e FAU, para levar à dissolução do movimento. A direção do DCE não chegou nem mesmo a convocar uma assembleia geral para votar o fim da greve. Consideraram a assembleia geral grevista como ilegítima. Esconderam-se atrás de seus aparatos e dos gabinetes empoeirados da burocracia universitária. Acabaram com a greve violando a unidade, por meio da ação antigreve nos cursos. Concluíram, com sua submissão, favorecendo o privatismo, a precarização e elitização da USP, embutida nos planos e orçamento ditado pela reitoria/governo. Anularam a possibilidade de uma luta nas ruas, que unificasse os movimentos contra as privatizações e as demissões em massa. A greve da USP, que poderia ser uma alavanca da luta de classes, foi sufocada por direções conciliadoras. ●

Balanço da greve da USP



Apesar de deflagrada a greve geral no dia 19 de setembro, as tendências grevistas vinham se manifestando desde o primeiro trimestre, em diversas unidades. A greve e ocupação da EACH (USP-Leste) correspondia a essas tendências profundas de luta contra a destruição das condições de ensino público. As necessidades objetivas de contratação de professores e funcionários, e de reposição e aumento imediato das bolsas estudantis, impulsionavam as tendências de luta nos cursos mais afetados, a exemplo da Letras. A revolta latente se fazia sentir nos cursos e nas reivindicações dos estudantes.

Essas tendências logo se chocaram com a política colaboracionista e conciliadora das direções estudantis, desde o DCE até a maioria dos CAS. No primeiro semestre, conseguiram travar, desviar e diluir essas tendências, visando a chegar a um acordo com a Reitoria que evitasse a greve, que ameaçadoramente se erguia desde as bases, cansadas das negociações sem qualquer resultado favorável aos estudantes. Nessas negociações do primeiro semestre, foi apresentado o plano da Reitoria para contratação de professores. Plano esse rejeitado pelo DCE no primeiro semestre, e que quando deflagrada a greve passaria ser defendido, visando a afogar e abortar a projeção e radicalização grevista.

A negativa da Reitoria de propor qualquer migalha que servisse a equacionar as condições de destruição do ensino impediu as direções de conti-

nuar a travar a greve que, no segundo semestre, surgiu como uma onda, e se arrastou por toda a universidade. As necessidades objetivas dos estudantes se impunham à capitulação das direções, impondo-lhes a greve pela força das bases. Desde que deflagrada a greve, um setor radicalizado do movimento assumiu instintivamente a defesa da Corrente Estudantil Marxista-Guillermo Lora (CEM-GL) que, já desde o primeiro dia, defendeu um programa concreto de contratações e bolsas estudantis. Isso colocou a CEM-GL e os setores grevistas que adotaram seu programa em choque permanente com as direções estudantis. Defender esse programa (modificado durante a greve, segundo eram precisados os números concretos) significava travar uma guerra contra a reitoria e o governo. E especialmente contra as direções, que apenas queriam negociar uma ou outra migalha para rapidamente encerrar a greve.

PERCURSO INICIAL DO MOVIMENTO GREVISTA

Isso verificou-se já na assembleia do dia 23 de agosto. A CEM-GL defendeu a imediata declaração da greve em toda a USP. Isto porque não haveria como impor a imediata contratação de professores e funcionários negociando, mas sim com a força do movimento estudantil em luta, radicalizando-a e projetando-a para fora da USP. O DCE convocou mal e porcamamente essa assembleia. Procurava conter a greve, e impedir que se aprofundasse um plano de reivindicações que

radicalizasse a luta dos estudantes.

Eis porque a CEM-GL chamava os estudantes a não confiar nas direções e tomarem em suas mãos o rumo do movimento, passando por cima das direções do DCE e CAS, que queriam negociar migalhas para evitar a greve. Essa posição expressava politicamente a desconfiança de um setor da base que, no primeiro semestre, viu como as direções não pretendiam defender suas reivindicações e combater por elas com todos os métodos necessários para impô-las.

Enquanto o DCE enrolava e dilatava a deflagração da greve, na Letras, a tendência grevista estourou, furou o bloqueio das direções, e abriu uma fenda na paralisia imposta pelas direções estudantis, projetando-se rapidamente para toda a USP. A CEM-GL interveio decididamente para que a Letras aprovasse como proposta a greve geral, e levasse esse mandato à próxima assembleia geral. Assim, propôs que se aprovasse uma pauta de reivindicações que servisse à organização e unificação da luta dos estudantes da USP, superando o corporativismo da direção do CAELL (Rebeldia/PSTU), de restringir o movimento apenas à Letras. Apesar de passar a proposta do Rebeldia/PSTU, de não greve nesse momento, votou-se uma paralisação de dois dias. A CEM-GL alertou da traição que se preparava para não deflagrar a greve geral, assinalando a convivência do Rebeldia com a direção do DCE para impedi-la, sob o argumento de que nem todos os cursos estavam mobilizados para que se pudesse decidir por toda a USP.

A construção de uma greve estudantil com autonomia foi defendida pela CEM-GL contra as tentativas das direções do DCE e CAS de não convocar a greve, sob o pretexto de que, para poder ser vitoriosa, devia ser simultânea sua aprovação pelos três setores. Na assembleia geral de 14/09, a CEM-GL defendeu que, deflagrada a greve, se criariam condições à unificação, desde que se defendesse um programa de contratação de professores e funcionários que respondesse às reais necessidades da USP como um todo.

DEFLAGRAÇÃO DA GREVE E CONTRADIÇÕES EM SEU DESENVOLVIMENTO

Essa luta pela defesa do programa

capaz de unificar e projetar uma verdadeira guerra contra a reitoria/governo foi travada pela CME-GL desde a declaração da greve, na assembleia geral de 19/09. As direções do DCE e CAS, também já desde esse mesmo dia, começaram a obstaculizar o andamento das assembleias, recheando-as de informes, para que o setor mais consciente e elevado politicamente dos estudantes não estivesse presente, no momento de votar as propostas e encaminhamentos. Isso permitiu à direção estudantil, durante três semanas, evitar radicalizar o movimento, impedir a realização de atos de rua, e aprovar a pauta de reivindicações que condicionasse as negociações à imediata contratação da quantidade necessária de professores e funcionários, bem como bolsas estudantis para todos. Já se estava delineando claramente a manobra da direção do DCE, de condicionar as negociações ao plano da reitoria, que não repunha o quadro de demissões, exonerações e aposentadorias dos últimos anos.

Essa manobra foi possível de sustentar até o momento em que o GT da Física estabeleceu, como dado estatístico concreto, a necessidade de contratação imediata de mais de 1.600 professores e 5.400 mil funcionários, para repor o patamar de relação aluno/docente perdido nas últimas décadas. De posse desses dados, a CEM-GL passou a defender essa pauta em todas as assembleias como condicionante das negociações. E, apoiada nas tendências grevistas, propunha romper com o tom festivo dos atos e projetar a greve para fora da USP, visando assim a ganhar apoio da população, e a unificação real com os setores em luta contra os ajustes e privatizações do governo Tarcísio. As direções do DCE e CAS defenderam em palavras a unidade, mas frearam qualquer possibilidade de as assembleias aprovarem o número real de contratações que criam uma base reivindicatória objetiva para essa unidade.

Já desde esse momento, alertávamos que as direções iriam trair o movimento por migalhas. Isto se comprovou na primeira negociação com a reitoria, no momento em que ela apresenta seu plano aprovado no CO (Conselho Universitário). A Comissão de Negociação, libertada de todo controle estudantil, começou a negociar pautas fixadas por ela mesma, para aplinar um acordo com a Reitoria e defender suas migalhas, as

que apresentaria como “vitórias concretas” e, assim, chamaria o fim da greve. A decisão da Comissão de Negociação, dirigida pelo DCE, de negociar às costas do aprovado pela assembleia, mostrou a necessidade de que o Comando de Greve e a Comissão de Negociação estivessem subordinadas às assembleias, sendo eleitas e revogáveis por essas. Nesse sentido, a CEM-GL propôs a eleição direta e em assembleias das duas, defendeu ainda que se condicionasse a negociação à imediata contratação de professores e funcionários necessários, e bolsas estudantis para todos, tentando desfazer o erro de assembleias anteriores, que aprovaram deixar nas mãos dos GTs, CAS e DCE escolherem os delegados ao Comando de Greve e os membros da comissão de negociação.

TRAÇÃO E CAPITULAÇÃO DAS DIREÇÕES

Em 26 de setembro, houve o primeiro ato de rua, aprovado em assembleia. Milhares de estudantes demonstraram sua disposição de luta. Mas, esse ato foi o único a ser convocado no momento de ascensão do movimento grevista. As direções rejeitaram aprovar em assembleias novos atos de rua, e preferiram encher o calendário de ações internas à USP, objetivando impedir a radicalização da greve e sua unificação com outros setores que começavam a paralisar contra os ataques do governo Tarcísio. Apenas aprovaram um apoio à greve dos metroviários, ferroviários e trabalhadores da Sabesp, mas sem chamar a constituir um movimento unificado e permanente nas ruas. Ficava claro que era parte de seus objetivos, manter a greve isolada e esgotar as forças do movimento dentro da USP.

Aqui se manifestou outro entrave ao desenvolvimento da greve geral. Desde que aprovada, a assembleia geral devia ser a organizadora e unificadora de todas as atividades dos cursos, suas decisões deviam se impor, e as assembleias de curso decidirem apenas como organizar e projetar as atividades votadas na geral. O contrário foi posto em prática. Eram as assembleias de curso, as que as direções podiam controlar melhor, as que impunham ao movimento geral o método passivo, da “greve de pijama”, encerrada nos limites de cada unidade. Isto favorecia o objetivo das direções de esgotar as forças e a iniciativa dos grevistas, controlar os mandatos de assembleias de cursos,



A luta entre a orientação conciliadora e traidora das direções do DCE e CAS e um setor da vanguarda, reunida sob a defesa da pauta reivindicatória concreta apresenta pelo IF, dizia respeito à disputa entre a política colaboracionista de subordinar a greve às necessidades da Reitoria e aquela que defende intransigentemente se apoiar na unificação do movimento, para arrancar da reitoria as reivindicações.

visando a usar esse método para poder condicionar a assembleia geral, quando tentassem acabar com a greve.

A luta entre a orientação conciliadora e traidora das direções do DCE e CAS e um setor da vanguarda, reunida sob a defesa da pauta reivindicatória concreta apresenta pelo IF, dizia respeito à disputa entre a política colaboracionista de subordinar a greve às necessidades da Reitoria e aquela que defende intransigentemente se apoiar na unificação do movimento, para arrancar da reitoria as reivindicações. Na Letras foi onde primeiro essa tendência de conciliação, subserviência e traição se manifestou mais abertamente. Sob direção do Rebeldia (PSTU), as assembleias se orientavam a impedir que o setor mais avançado do curso tomasse a condução da greve em suas mãos. O Comando de Greve foi formado por aliados e membros dessa corrente, além de independentes dos GTs. Por meio desse comando, ajustado às necessidades do Rebeldia, se verificava a política orientada a negociar rapidamente com a Reitoria alguma migalha,

para poder evitar a greve que se impunha desde as bases.

Essa proposta, votada antes da greve geral ser aprovada, foi depois apresentada como método organizativo para conformar o Comando de Greve geral da USP. Como na Letras, a eleição do Comando aconteceria nas unidades e na base de indicação de membros dos CAs e GTs. Essa proposta inicialmente arquitetada pela direção do CAELL foi adotada pela do DCE. Essa confluência demonstrava o quanto as direções estudantis estavam combinadas, para evitar que os estudantes tomassem em suas mãos a direção da greve. Por isso, combateram, desde o primeiro momento, a proposta da CEM-GL de que se elegeisse um comando e comissão de negociação nas assembleias gerais, submetidos a essas e condicionados pelas suas decisões.

A CEM-GL foi à assembleia convocar os estudantes e a maioria dos cursos que ainda estavam de greve a não aceitarem essa capitulação, radicalizarem o movimento e removerem de vez as direções pelegas da direção da greve.

AS DIREÇÕES ESTUDANTIS EXPÕEM A TRAIÇÃO

O plano da Reitoria, já assimilado pelas direções estudantis, era rejeitado pela maioria dos estudantes grevistas, pelo seu setor mais consciente, que não via nele nenhum avanço. Quando a CEM-GL defendeu na assembleia de 5/10 que era o momento de radicalizar a greve para arrancar a contratação imediata de 1.600 professores, 5.400 funcionários, e bolsas estudantis para todos no valor de um salário mínimo estadual (R\$ 1.550), pauta aprovada pela assembleia anterior, demonstrou em seu boletim a farsa das “conquistas” apresentadas pelo DCE, que serviriam para acabar com a greve. Disse ainda que a aprovação do plano da reitoria dependeria ainda de sua “viabilidade orçamentária”, ou seja, de que cabia ou não no “teto de gastos” já fixado. Duas semanas depois isso seria explicitado pela própria reitoria, quando o movimento já estava sendo minado pelas direções nos cursos. Nesse momento, ficou claro que somente se diferia do plano original de contratações da Reitoria pelos 148 professores temporários (que seriam contratados de qualquer jeito, pelas previsões de saída por aposentadorias este ano) e café e almoço aos sábados em mais dois restaurantes. Até o “gatilho de contratações”, aprovado em assembleia como

pauta condicionante, foi abandonado pelas direções.

Nesse momento, a traição das direções foi escancarada e aberta. Sequer acobertavam agora sua capitulação, dando as costas às assembleias. Assim, abriam caminho à vitória política da Reitoria contra o movimento, a que devia ser referendada por uma assembleia. Porém, a maioria dos cursos estava em greve, e o setor mais radicalizado das bases passava a contestar e enfrentar as direções. O movimento ainda estava forte, e não tinha esgotado suas forças. Era possível reerguer a luta e radicalizar a greve para combater a Reitoria, o que exigia remover as direções estudantis da direção prática da greve. Essa proposta foi feita pela CEM-GL, quando, na véspera da assembleia de 11 de outubro, o DCE e CAs começaram a falar de “vitórias” e que o “ganho

organizativo da greve” era a mais importantes delas. Assinalar isso, quando o movimento ainda estava engessado, e correntes do DCE já defendiam abertamente o fim da greve, quando o que estava por ser aprovado era o plano da reitoria, significava procurar enganar e iludir os estudantes para enfiar goela abaixo a vitória política da reitoria, graças às traições das direções estudantis.

DERROTA DAS DIREÇÕES ESTUDANTIS

No dia 11/10, a assembleia aprovou a continuidade da greve, e a direção do DCE saiu derrotada, após trabalhar nos cursos pelo fim da greve. Apenas conseguiu desmobilizar uma parte deles, com votações on-line e se servindo das ameaças da Reitoria de jubileamento e perseguições contra grevistas para fazê-lo. A manobra da reitoria e da direção do DCE e aliados nos CAs, de encerrar a greve, não se consumou. A maioria dos grevistas decidiu pela continuidade, e a Unicamp entrava em greve. Estava colocada a possibilidade de unificar em um único movimento grevista, para arrancar do governo Tarcísio as reivindicações. Assim, as condições objetivas e as subjetivas do setor mais avançado da greve impediram consumir a traição.

No dia anterior à assembleia de 18/10, o DCE e CAs publicaram um Ma-

nifesto, em que declaravam o fim da greve. A antecipação do resultado da assembleia por sua publicação estava previsto como mais um passo, junto à saída de cursos em greve, como justificativa para o fim da greve. A CEM-GL foi à assembleia convocar os estudantes e a maioria dos cursos que ainda estavam de greve a não aceitarem essa capitulação, radicalizarem o movimento e removerem de vez as direções pelegas da direção da greve. No seu boletim e nas intervenções, defendeu que quem trabalha pelo fim da greve não pode dirigir a greve. E que, aprovada a continuidade da greve, se deveria dissolver a mesa da direção do DCE que dirigia a assembleia, e votar outra em seu lugar, formada por grevistas. Isso permitiria que, na direção prática da greve, os grevistas pudessem decidir como derrotar a reitoria/governo. Abriria a possibilidade de um Comando de greve e de negociação votado na assembleia, responsável pelo cumprimento de suas deliberações e revogável. Apesar de o DCE e CAs perderem a votação do fim da greve, a inexperience e falta de ação centralizada e politicamente orientada a remover as direções traidoras não se consumou.

Isto permitiu à direção do DCE, na mesa da assembleia, manobrar mais uma vez e impedir que a continuidade da greve tivesse um calendário e métodos diferentes, para continuar um rumo antagonico ao já estabelecido pelos pelegos das direções estudantis. Até o ato que foi votado para semana seguinte seria organizado por essas mesmas direções que trabalhavam pelo esvaziamento.

A FALTA DE UMA DIREÇÃO ALTERNATIVA PARA O MOVIMENTO

Após a assembleia, um setor dos estudantes e das correntes que votaram pela continuidade (CEM-GL, Já Basta/SoB e Faísca, além da REM e OSL, junto a dezenas de independentes) se reuniram, para definir como lutar contra as direções e continuar a greve. Mas, para impulsionar a greve, seria imprescindível lutar pela direção política e prática do movimento. Nesse sentido, apresentamos no dia 19/10 uma proposta de manifesto a ser debatido e aprovado na reunião, em defesa da greve e de sua radicalização, para imediatamente distribuir pelo campus e organizar um trabalho de ida aos cursos, convocatória de assembleias e chamar aos grevistas a passarem por cima da direção do DCE.

No entanto, o Manifesto foi negligenciado pelos independentes e pela resistência de correntes, pelo que se perdeu uma oportunidade única para constituir as bases de uma nova direção para a greve. Esse erro custará caro posteriormente aos grevistas, por permitir que a direção do DCE tivesse tempo para continuar a desmobilizar e aprovar o fim da greve em vários cursos, sem uma força de resistência a isso. Para que houvesse vitória da greve, esse setor revoltado contra as direções estudantis pelegas estava obrigado a assumir a responsabilidade de dirigir o movimento para derrotar a reitoria/governo.

Essa incapacidade do setor mais avançado e radicalizado em organizar uma direção alternativa se refletiria na semana seguinte no encerramento da greve na maioria dos cursos, e na publicação pela reitoria de uma Circular em que ameaça expulsar, jubilar e reprovar milhares de grevistas, caso não fosse encerrada a greve. Essa manobra contou com apoio e participação das direções do DCE e CAS. A partir desse momento, a greve entrou em queda. Na Letras, que decidira a deflagração da greve geral, se impunha a falta de perspectivas, sob a ação desmobilizadora e traidora do Rebeldia (PSTU). A continuidade da greve se estendeu por apenas mais duas semanas. A direção do CAELL se acobertava por trás da convocatória da nova assembleia geral que, segundo almejava, aprovaria o fim da greve, para depois impor à Letras o mesmo destino.

Ocupação do Bloco K e fim da greve geral

A assembleia do dia 26/10 foi surpreendida pela ocupação do bloco K, por um grupo de estudantes independentes. A ocupação recebeu o apoio de um setor grevista muito importante.

Pesava sobre a assembleia, a Circular de punição e perseguição aos estudantes. Aproveitando-se dela, Rebeldia e Correnteza fingiram se subordinar à assembleia, apenas para dinamitá-la por dentro. Recorreram à Circular para condicionar o fim da greve a sua retirada. Assim, cumpriam seu papel pré-determinado de servir de instrumentos da Reitoria para usar a manobra do “bode na sala”. Como afirmáramos no boletim posterior, de dia 27 de outubro, “*Esse expediente já usado por outras gestões da USP ... apresentam alguma medida absurdamente ruim ao movimento, de forma a servir de ponto de apoio para que as direções a usem como único ponto a ser*

derrotado, e posteriormente apresentado como “vitória”, de modo a que abandonem a luta pelas reivindicações mais sentidas. Aí o governo retira essa medida, em troca da rendição do movimento, e permite que as direções conciliadoras apresentem o fato como uma conquista”. Essa defesa do “Bode na sala” coube principalmente ao Rebeldia (PSTU).

A CEM-GL defendeu nesse momento que a assembleia convocada na frente da Reitoria se realizasse em frente à ocupação. Centenas de estudantes autoconvocados aprovaram a proposta. Foi retirada uma comissão para ir à assembleia convocada pelo DCE, no vão da História, para chamá-los a participar dela. Sua negativa, porém, insuflou ainda mais os ânimos e, com a participação da UJC (PCB), minoria no DCE, e parte do Correnteza (UP), a assembleia se constituiu em frente à ocupação.

Na assembleia, junto das centenas dos estudantes que se negavam a encerrar a greve e abandonar a ocupação à própria sorte e à repressão, defendemos que se devia continuar a greve e apoiar a ocupação, propondo que se votassem medidas práticas e um calendário para fortalecer a greve. A proposta foi votada massivamente, derrotando a manobra de Rebeldia e Correnteza, que se retiraram logo depois. Mas, ninguém poderia imaginar até que ponto o compromisso de Rebeldia em afundar a greve poderia levar. No dia seguinte ao da assembleia (27/10), passaria a delatar correntes, portanto, membros organizados das correntes que apoiavam a ocupação (ver Carta Aberta ao PSTU publicada em anexo neste jornal).

Delimitação política perante as traições

Na assembleia de dia 1 de novembro, já esvaziada, manifestou-se que não havia mais condições para a continuidade da greve. A ocupação ficaria isolada e submetida às pressões da reitoria e do governo. A mediação do Ministério Público (MP) com os ocupantes foi instalada, para impor o fim da greve e abafar qualquer possibilidade dela ser retomada a partir da ocupação e seu apoio a ela. Nessas circunstâncias mais gerais, se realizou a assembleia do dia 01/11. Apesar de sabermos que a greve estava praticamente encerrada, a CEM-GL participou dessa assembleia defendendo sua continuidade. Tratava-se de uma delimitação política para assinalar que cabia à direção que traiu a

greve encerrá-la, assumindo a responsabilidade política pela sua finalização. Assim, se manifestava a necessidade de se apoiar no setor mais ativo e que enfrentou a traição, ajudando-o na sua posterior organização política para as próximas greves e lutas.

Defendíamos que ao não serem atendidas as reivindicações que ergueram a greve, e assumidos os planos da reitoria pela comissão de negociação e comando de greve, a reitoria impôs uma derrota política à direção do movimento. A subordinação das direções do DCE e CAS à reitoria foi o instrumento político para que se enterrasse a greve, sem que essa esgotasse toda sua força. A deformação dos métodos grevistas, a substituição da mobilização constante e sistemática das bases estudantis pelas atividades distracionistas/culturalistas nos cursos, e/ou greve de pijama, favoreceram a reitoria e impediram a maior e mais massiva greve dos últimos anos combater e derrotar o governo estadual, superando as direções estudantis. Nessas condições, continuava e ainda continuam pesando sobre a cabeça dos estudantes, as perseguições e punições (perda de aulas, jubileamento, sanções, etc.).

Conclusões

Para uma greve tão forte, tão massiva e tão unitária, estava colocada como tarefa, já desde o primeiro dia, que se aprovasse um programa de reivindicações que permitisse que todas as forças e a radicalização possíveis fossem desenvolvidas, e que fossem expressas por uma direção política capaz de refletir as tendências de luta e dar-lhes uma organização adequada para derrotar a reitoria/governo. Esse programa e orientação política foi defendido pela CEM-GL, mas nossa corrente não teve como expressar praticamente essa confluência em organização de uma vanguarda reunida ao redor da política proletária.

Trata-se de uma manifestação particular da crise de direção revolucionária. Mas, também dos entraves colocados à política revolucionária enquanto ela, apesar de expressar politicamente as tendências e necessidades da luta de classes, não conseguiu se organizar como vanguarda capaz de aplicá-la nas condições concretas da greve. Assim, o curso da greve não conseguiu ser corrigido, e fatalmente foi imposta a vitória política da reitoria sobre o movimento. ●

| Delação do Rebeldia/PSTU / **Boletim nº 38, da CEM-GL, publicado em 30 de outubro de 2023**

Carta aberta ao PSTU

Na assembleia geral de estudantes da USP, ocorrida em 27/10/23, a militante do PSTU, Mandi, denunciou, várias vezes em suas falas, um estudante como membro de uma organização partidária. Todo militante de uma organização que se diga revolucionária sabe que sua identificação pública e a de outros depende das condições em que atua, e tem soberania sobre a decisão de divulgá-la, tendo em vista a segurança própria, de sua organização e até do movimento em que atua, diante da repressão que pode vir do Estado burguês. Mandi violou esse princípio elementar, quando apontou o estudante, por várias vezes, aos gritos, como membro de uma organização partidária. Colocou-o, à organização citada, e o movimento em que atua, sob a mira da repressão policial. Atitude inaceitável para qualquer organização que se diga revolucionária.

No dia seguinte, no entanto, foi bem mais longe em sua prática policialesca: publicou nas redes sociais um vídeo, identificado como produção dela e de seu partido, delatando três organizações como responsáveis pela ocupação do bloco K do Crusp, na USP. Não vamos nos referir aqui particularmente a quaisquer divergências políticas com o PSTU acerca da ocupação, da greve na USP ou outra, nem mesmo quanto à falsificação da atribuição de responsabilidade política das organizações delatadas na organização da ocupação. Referimo-nos, sim, a uma atitude incompatível com a honestidade militante, de jamais favorecer a repressão policial sobre quem quer que seja no interior do movimento, por mais que se divirja politicamente dele.

A delação dessas organizações como organizadoras da ocupação as coloca, e a seus militantes, diretamente na mira da repressão policial. Pode até já ter levado ao início de uma investigação policial específica sobre elas, seus meios de divulgação e comunicação, etc. E, na possibilidade de repressão policial à ocupação, tornará os militantes dessas organizações em alvos especiais da polícia.

O PSTU se reivindica do trotskismo, do marxismo, do socialismo científico. Coloca-se a si mesmo como um partido dos explorados, que combate o Estado burguês. Sob essa condição, portanto, incompatível com a delação como meio de luta política no interior dos movimentos. Sendo assim, reivindicamos um posicionamento público oficial do partido quanto às sucessivas delações realizadas por sua militante, Mandi, sob a consequência de assumi-las politicamente como aceitas pelo partido. A delação é um crime que está fora do quadro de qualquer convivência no interior dos movimentos sociais e organizações políticas que se reivindiquem dos explorados, e que não podem admitir a presença de delatores em seu interior, sob pena de se colocarem à mercê da destruição física pelas forças repressivas.

A PODRIDÃO DE UMA POLÍTICA QUE SE COLOCA ABERTAMENTE AO LADO DA REITORIA, DO GOVERNO E ATÉ DA REPRESSÃO POLICIAL

Boletim nº 39, da CEM-GL, 01/11 de 2023

(...) O crime de Mandi é DELAÇÃO, que oferece à repressão policial os alvos para a destruição das organizações e do próprio movimento. ... A exposição de vínculo de qualquer militante de uma organização é decisão soberana sua e de sua organização, de acordo com as necessidades de segurança diante da repressão patronal e policial. Ainda que o estudante fosse membro de uma organização, a sua exposição pública é uma DELAÇÃO, que o expõe, a ele e ao movimento, a todo tipo de repressão. A DELAÇÃO sistemática feita por Mandi a coloca como um PERIGO ao movimento, que deve se defender de suas atitudes policialescas. Ela deve ser expulsa das assembleias e demais instâncias do movimento, por ser uma DELATORA. Essa medida não se deve a qualquer divergência que tenhamos com ela e seu partido, mas a uma ação de defesa do movimento contra sua destruição física pela repressão. ●

| Delação do Rebeldia/PSTU

OCUPAÇÃO DO BLOCO K

Com as direções mostrando a sua cara traidora, dezenas de estudantes decidiram ocupar o bloco K do Crusp, que, junto com o bloco L, já foi moradia, reitoria, e hoje é arquivo de dados, num prédio pouco ocupado, e tendo a base da Polícia Militar ao lado. Sua devolução como moradia foi prometida há mais de uma década. Porém, a política ditada desde os governos direitistas não permitiu. E o movimento estudantil não teve a força suficiente para retomá-los durante as últimas décadas.

A greve deste ano tinha como desenvolver os métodos e organizar ações orientadas a impor as reivindicações, aqui incluída sua devolução. Realizada por fora das assembleias, a ocupação assinalou que não estavam completamente esgotadas as condições e métodos do movimento para impor suas demandas e reivindicações. A ocupação do bloco K foi imediatamente abraçada pela vanguarda da greve, apesar da ferrenha oposição das direções, que tentaram sabotá-la de todas as formas. Mas, tinha por desafio contar com o apoio ativo do movimento estudantil para projetá-la para todas as unidades da USP, para a imprensa, para a população em geral. A ocupação podia ser um instrumento de pressão para

reabrir as negociações ao redor das reivindicações, dentre elas a de nenhuma punição aos grevistas.

A Circular ditatorial pendia sobre a cabeça dos estudantes. Eis porque a CEM-GL decidiu apresentar a moção de apoio à ocupação e defendeu a continuidade da greve. Partindo da ocupação e da continuidade da greve, estava colocada a última possibilidade de fortalecer a greve. Para isso, a ocupação devia ser fortalecida e ampliado o apoio ativo dos estudantes. As assembleias da ocupação corretamente aprovaram a organização de passagens nos cursos e convocaria de novas assembleias para retomar a greve, e aos estudantes da moradia para participar da ocupação. Mas, esse ato de protesto contra as traições não conseguira pôr fim a curso encerramento da greve.

Dias depois de ocupado o bloco K, a greve acabou. Ao momento em que encerramos esta edição, continuavam as negociações entre a ocupação e o MP. A vanguarda, as correntes que não traíram o movimento e os estudantes que instintivamente se colocaram desde o primeiro dia pela sua vitória, devem dispostos a defender os ocupantes perante a repressão. Somente se apoiando sobre o princípio de defesa incondicional de todos aqueles que se entregam inteiramente à vitória do movimento, é que será possível tirar as lições e reorganizar a vanguarda estudantil que luta sob uma política revolucionária. ●

Operários da UAW conquistam vitórias, e dão um salto na luta de classe com a greve unitária e nacional



Os aumentos salariais deste ano são quatro vezes mais elevados que os de 2019, na Ford, e dos últimos 22 anos, na Stellantis. O TA se estende ainda às filiais das empresas que fabricam baterias para carros de combustão e elétricos. E comprometem a Stellantis a investir US\$ 19 bilhões, e a Ford, US\$ 8 bilhões.

Após seis semanas de greve, a United Auto Workers (UAW) convocou “consultas”, para submeter à aprovação dos filiados, o Acordo Provisório (TA) alcançado com as montadoras da GM, da Ford e da Stellantis (ex-Chrysler Motors). Os operários da Ford o aprovaram em 25 de outubro, os operários da Stellantis o fizeram no dia 2 de novembro, e os da GM, em 3 de novembro, retomando a produção. Segundo a Ford e a GM, a greve custou-lhes US\$ 1,3 bilhão e US\$ 800 milhões, respectivamente.

O ACORDO PROVISÓRIO APROVADO

O TA das três montadoras aprovou 25% de aumento dos salários (a

UAW pedia 40%), durante a vigência do acordo (quatro anos e meio); restabelecimento dos subsídios ao custo de vida (COLA, de US\$ 42 p/hora), aplicados durante a Grande Recessão; redução do número de anos que se leva para atingir o valor máximo da escala salarial da categoria, que passará de 8 para 3 anos. Os aumentos salariais deste ano são quatro vezes mais elevados que os de 2019, na Ford, e dos últimos 22 anos, na Stellantis. O TA se estende ainda às filiais das empresas que fabricam baterias para carros de combustão e elétricos. E comprometem a Stellantis a investir US\$ 19 bilhões, e a Ford, US\$ 8 bilhões.

Os operários terão direito a duas semanas de licença parental remunerada, e feriado do décimo primeiro mês, pela primeira vez na história. Após a ratificação do TA, os novos operários contratados de forma temporária serão efetivados em até 90 dias (antes era em até 9 meses), bem como terão direito a um bônus adicional de US\$ 5 mil, participação nos lucros e licenças remuneradas. Os aposentados recuperarão o bônus anual desativado em 2007, valor que, entre os operários da ativa, se multiplicarão por seis (o primeiro aumento

desde 2003). Haverá ainda aumento imediato no benefício de “renda vitalícia” para a categoria 401(k)s que, a exemplo da Ford, passa, de US\$ 6,3 mil, para US\$ 11 mil.

CONSEQUÊNCIAS DO ACORDO PARA A STELLANTIS E A FORD

No caso da Stellantis, uma vez somados os aumentos salariais à “participação nos lucros” e ao COLA, os salários aumentam 33%. O salário inicial na empresa aumentará 67%, somado ao COLA de US\$ 30 p/hora, no começo da escala salarial. Os temporários receberão 165% de aumento durante a vigência do TA. Quanto à reivindicação de igualdade salarial para todos os operários que desempenham as mesmas funções (uma das pautas principais da greve), o TA na Stellantis levará ao aumento de 76% na escala salarial de um amplo setor. Inclui-se ainda o “direito de greve” por ameaça de fechamento das fábricas (o mesmo acordo para a Ford), e contra investimentos contrários aos interesses dos operários e cidades onde estão localizadas as fábricas. Essa medida era exigida pela UAW, desde o começo da greve, visando a evitar que se alegassem problemas financeiros para não aumentar salários, fechar plantas, etc.

O acordo inclui a reabertura da fábrica em Belvidere, Illinois, fechada no dia 01/03. 1,2 mil operários demitidos retornarão a seus postos de trabalho, ao reabrir a fábrica. Enquanto isso, receberão subsídios e planos de saúde. Os transferidos a outras fábricas e cidades terão direito de solicitar retornar à Belvidere. Ainda mais, arrancou-se o compromisso de instalar na cidade uma fábrica de baterias, significando mais mil empregos. No caso da Ford, o TA contempla a sindicalização de 11 operários temporários da BlueOval Battery Park Michigan e da Tennessee Electric Vehicle Center, sendo automaticamente incluídos no acordo, e direito de transferência para a fábrica ou cidade de sua escolha.

ao patronato a reabertura de uma fábrica (Stellantis) é uma demonstração da força da luta grevista unitária e da força social da classe operária, quando se mobiliza e está disposta a defender e impor suas reivindicações com a ação direta coletiva. O TA garante ainda o “direito de greve” contra qualquer manobra de desinvestimento ou esvaziamento deliberado das fábricas, criando condições para que se defenda, nas próximas lutas e greves, o controle operário coletivo da produção e a abertura dos livros contábeis dos capitalistas à inspeção e controle operários.

Essas conquistas e a confiança dos operários em sua força coletiva e métodos de luta próprios demonstra que a greve nacional e unitária,

(...) impor ao patronato a reabertura de uma fábrica (Stellantis) é uma demonstração da força da luta grevista unitária e da força social da classe operária, quando se mobiliza e está disposta a defender e impor suas reivindicações com a ação direta coletiva.

UMA IMPORTANTE VITÓRIA OPERÁRIA CONTRA O PATRONATO

O UAW não conquistou a totalidade de seu programa, é claro. O acordo salarial foi 15% menor do que o exigido. Tampouco foi parte do acordo a recuperação das pensões para todos. Mas, basta ver o conteúdo do Acordo Provisório que abarca as três grandes marcas para caracterizar que há importantes vitórias, arrancadas na luta grevista contra as multinacionais. Há, todavia, dois aspectos de especial importância para revelar as profundas tendências de luta de classes presentes na greve geral da UAW. É uma prática corriqueira dos capitalistas fechar fábricas, recorrendo à justificativa de “falta de competitividade”, de forma a impor aos operários aceitar a redução de salários e direitos, para compensar, à custa da superexploração da força de trabalho, a lei tendencial à queda da taxa dos lucros monopolistas. Utilizam o mesmo argumento para deslocar as fábricas para outras cidades e países, onde o preço da mão-de-obra é muito barato. Nesse sentido, impor

ria, pela primeira vez na história da indústria automotiva, realizada contra as três principais empresas, assentada em um plano de reivindicações comuns, é uma importante vitória econômica, mas também política. Isto é de especial relevância, se se observa ainda que o número de trabalhadores da indústria automotiva não diminuiu nas últimas décadas, mas cresceu, por conta do aumento exponencial de empresas que passaram a produzir carros elétricos. O que assinala uma tarefa imediata a ser realizada para preparar as próximas greves com maior força ainda: a sindicalização dos operários terceirizados e da produção de carros elétricos. Eis como se responderá à perda massiva de filiados do último período, que passaram de 586 mil para 225 mil, nos últimos 40 anos. Trata-se agora de realizar uma campanha fábrica por fábrica para sindicalizar esses setores. A vitória da greve, sem dúvida, pode favorecer essa campanha, ao apresentar aos não-filiados a importância dos sindicatos, e da força da classe operária organizada.

TAREFAS ESTRATÉGICAS COLOCADAS À VANGUARDA

A greve da UAW é um salto gigantesco na luta de classes, não apenas nacional como internacional. Suas lições devem ser assimiladas pelos operários da GM no Brasil, sob violentos ataques da mesma patronal que foi derrotada nos EUA. A desvantagem do nosso país é o fato de as fábricas estarem sob controle de diferentes direções sindicais, e porque essas, há anos, se terem subordinado às imposições das patronais. Mas, os operários da UAW estão demonstrando na prática que é possível uma greve nacional e unitária para impor aos patrões a defesa dos empregos, direitos e salários. E que é possível passar da luta defensiva à ofensiva, sempre e quando suas direções estejam dispostas à defesa dos interesses da classe operária, e não desistam de continuar lutando.

A direção da UAW não é revolucionária. Foi empurrada pelas pressões das bases, revoltadas com a destruição das condições de vida e trabalho, a assumir um plano de reivindicações unitário, que ergueu uma greve nacional unificada, levando essa direção a assumir uma posição que não poderia ser de conciliação e subordinação. Por isso, sua vitória é um exemplo aos operários do mundo todo: não apenas é possível manter uma greve forte e massiva por muitas semanas, como vencer as resistências dos capitalistas e impor-lhes imediatas melhorias, e condições para o avanço da luta de classes.

A nova etapa da luta das massas, aberta pelas massas exploradas em luta pelas suas reivindicações, favorece enormemente o trabalho da vanguarda com consciência de classe para superar décadas de paralisia, de retrocessos e degenerescência colaboracionista das direções que se afundaram no democratismo e na conciliação de classes, a exemplo do Brasil. Apoiada na luta das massas, e desenvolvendo em seu seio o programa da revolução e ditadura proletárias, a vanguarda revolucionária poderá impulsionar a luta de classes e avançar na superação da crise de direção revolucionária. ●

Operários da GM em greve no Canadá criam condições para a unificação da luta grevista com os operários dos EUA

4,3 mil operários da GM, filiados ao Unifor, entraram em greve, após a empresa se recusar a aplicar o aumento de 25% nos salários, acordado entre o sindicato e a Ford Motor. A paralisação afetou a produção de caminhões (Oshawa), de motores e peças (St.Catharines) e distribuidoras (Woodstock).

A greve dos operários canadenses é parte das tendências de luta grevista, que se estende, por mais de 5 semanas, nos EUA, afetando a GM, Ford e Stellantis (ex-Crysler Motors). E que se estendeu recentemente para a Mack Trucks (produção de caminhões), da Volvo, quando seus operários rejeitaram a proposta da patronal, de impor os con-

tratos por 5 anos, destruindo estabilidade e impondo o trabalho temporário.

A luta para estender as melhores condições salariais e trabalhistas conquistadas por uma fábrica ou setor da produção, para toda uma categoria de operários que desenvolvem tarefas e exercem funções iguais, é parte do programa histórico de reivindicações da classe operária, embora há muito abandonado pelas direções sindicais colaboracionistas. Os capitalistas exploram a força de trabalho em um país ou outro, procurando abocanhar maiores lucros pela diferença entre salários nacionais e regionais. Esse método é parte das “engrenagens” utilizados

pela burguesia (como resultado da divisão mundial do trabalho), aproveitando-se da localização de fábricas em um país ou outro, para obter uma maior taxa de mais-valia. As condições que fazem do trabalho de um país uma engrenagem da produção social tornam o proletariado em classe mundial, e colocam a unificação de suas lutas, por cima das fronteiras nacionais. A luta pela isonomia do acordo salarial no interior das fábricas do Canadá, assim como acontece nos EUA, tendo por seu inimigo o mesmo patrão, abre, assim, uma via para a unificação internacional da luta, sob um programa unitário de reivindicações.

É tarefa da vanguarda com consciência de classe no Canadá e nos EUA revelar essas ligações, propor uma pauta de reivindicações que unifique as lutas, e exigir das direções que organizem uma greve geral em ambos os países. Assim é que se fará, da luta de um destacamento nacional do proletariado, parte da luta do proletariado de ambos os países contra os mesmos padrões. Assim também se avançará em um passo prático para o internacionalismo proletário, e se criarão as bases para que a vanguarda dê passos efetivos na resolução da crise de direção revolucionária mundial, sob um mesmo programa. ●

NOTAS HISTÓRICAS

01 de outubro de 1949 / A República Popular da China é proclamada



A Revolução Chinesa percorreu o caminho traçado pela Revolução Russa, 40 anos depois de sua vitória. Como na Rússia, a lição mais fundamental da Revolução proletária na China é que somente os métodos e estratégia da revolução proletária abrem caminho à solução das tarefas democráticas em um país atrasado e semicolonial. E que a revolta camponesa é, por sua vez, uma base de apoio insubstituível para vitória do proletariado e de sua obra fundamental: a nacionalização das indústrias, serviços, minas e terras, que abrem o caminho da transição ao socialismo e à resolução do problema da terra e do atraso.

Essa lei da revolução proletária na época de decomposição do capitalismo se impôs, apesar das direções chinesas não a encarnarem como programa. De fato, a China iniciou sua

passagem do capitalismo ao socialismo já sob influência da degeneração estalinista havida na Rússia, o que se refletiria na rápida burocratização do PCCH e nos sucessivos retrocessos nas conquistas revolucionárias. Sem dúvida, foi a derrota da Oposição de Esquerda Russa que impediu à classe operária chinesa frear o rumo de degenerescência burocrática do Estado Operário, e tomar posse do controle da economia e do Estado recém-criado. Isso explica porque a burocracia chinesa, assim como a russa, nunca teve por objetivos estender a revolução proletária, mas sim acorrentá-la ao interior das fronteiras nacionais, para dessa forma continuar de posse do controle da fonte de seu poder e ganhos parasitários. O que a arrasta também a procurar a via do acordo com o imperialismo. Ao fazê-lo, prepara as condições da destruição da economia nacionalizada, fortalecendo as tendências da restauração capitalista.

Apesar da burocracia se apropriar do controle do estado e da economia nacionais, não por isso se deve desconhecer que a propriedade nacionalizada é a base objetiva para regenerar o Estado Operário e retomar a luta pela revolução mundial, desde que o proletariado chinês, constituído em partido, expulse do poder e passe controlar e dirigir a economia e a política nacional. A defesa das conquistas revolucionárias é, por isso, um dever elementar da vanguarda revolucionária, para o desenvolvimento da transição ao socialismo iniciada em 1949. Cabe ao proletariado chinês derrubar a burocracia e erguer sua ditadura assentada na democracia operária e controle coletivo da economia. ●

25 de Outubro/4 de Novembro Revolução Russa



Lenin escreveu, em 1918: “Sim, a nossa revolução é burguesa, na medida em que marchamos com o campesinato como um todo... Primeiro com ‘todo’ o campesinato contra a monarquia, contra os proprietários de terras, contra o medievalismo (e, até este ponto, a revolução continua burguesa, burguesa democrática). Depois, com o campesinato mais pobre, com o semi-proletariado; com todos os explorados contra o capitalismo, o que significa também contra os camponeses ricos, os ‘kulaks’ e os especuladores; e, neste aspecto, a revolução torna-se socialista. A maior perversão do marxismo, a sua vulgarização, a sua substituição pelo liberalismo significa colocar uma Muralha da China entre uma revolução e outra, separando uma da outra por outro elemento, que não o grau de preparação do proletariado e o grau de unidade dos camponeses pobres.” (G. Lora, Dicionário Histórico, Político e Cultural).

A revolução Russa marca definitivamente o século XX para a luta do proletariado pelo socialismo. Pela primeira vez, a classe operária, juntamente com o campesinato, toma o poder e o conserva, impondo a nacionalização da economia e abrindo a transição ao socialismo. O impacto da Revolução Russa levou a que se formassem partidos comunistas no mundo todo. Fortaleceu enormemente as lutas dos explorados em toda parte, particularmente na Europa, onde os capitalistas foram obrigados a ceder uma série de reivindicações,



constituindo o chamado estado de bem-estar social. A luta revolucionária foi impulsionada em vários países. Constituiu-se a III Internacional, que formulou, a partir da experiência da Revolução Russa, um programa mundial do proletariado.

Por outro lado, a deformação do Estado Operário, por meio da usurpação do poder político e econômico feito pela burocracia estalinista restauracionista do capitalismo, que se traduziu finalmente na Teoria do Socialismo num só País e convivência pacífica com o imperialismo, bem como na dissolução da III Internacional, levou a uma forte pressão contrarrevolucionária no mundo todo. Os partidos comunistas se burocratizaram e submeteram a frações da burguesia nacional. O estalinismo afundou os sindicatos e demais organizações na conciliação de classes. A restauração capitalista subordinou a economia russa ao capitalismo mundial, e a recomposição das forças produtivas, possível de realizar após a grande destruição da 2ª guerra mundial, se esgotou no final dos anos de 1970, arrastando a URSS para a crise que explodiu em 1989, com a queda do Muro de Berlim, e em 1991, com a dissolução da unidade federativa em 15 repúblicas, algumas delas imediatamente se aliaram aos países imperialistas. Outras permaneceram sob a influência determinante da burocracia da Federação Russa.

Nos anos de 1993 a 1998, o governo Yeltsin realizou um plano de privati-

zações, que entregaram setores econômicos inteiros a capitalistas, como o setor bancário. Esse processo levou à destruição de metade do PIB russo, encaminhando o país para o lugar de semicolônia, que deveria ocupar, se restaurado o capitalismo na época do imperialismo. Mas, a partir de 1999, o governo da burocracia contrarrevolucionária, movido pelo receio da perda fonte de seu poder e ganhos, estabeleceu um plano de reestatizações, que voltou a colocar setores chave da economia todos eles nas mãos do Estado, incluído aí o bancário. A economia fechada da Rússia conseguiu elevar rapidamente sua produção industrial e agrícola, bem como a de matérias-primas exportadas por estatais para a produção de energia, principalmente na Europa, Índia e China. A dívida externa foi reduzida a um pequeno valor. A crise mundial capitalista, que se projetou a partir de 2008, acelera o retrocesso das potências imperialistas, que abriu caminho para a China avançar no comércio mundial e para a Rússia se tornar em credor do mundo. O choque entre as economias do imperialismo em crise e dos estados operários degenerados, de posse estatal sobre os principais ramos da produção, acirra as contradições da época de decomposição do capitalismo, acentuando as pressões de guerras pelo mundo, movidas principalmente pelos EUA. A destruição de grande parte das forças produtivas é uma condição para a retomada da reprodução ampliada do capital em escala, por meio da recomposição de forças produtivas. As burocracias da China e Rússia são incapazes de enfrentar essas tendências, porque se voltam apenas e tão somente a defender as bases de seu poder e ganhos. As revoluções proletárias nos países capitalistas e as revoluções políticas na China e Rússia são condição para que exista uma possibilidade de saída da crise atual sem a imposição da barbárie que pretende o imperialismo, e que as burocracias contrarrevolucionárias são incapaz de deter. ●

Pela derrota do sionismo e do imperialismo no Oriente Médio

Manifesto publicado no dia 9 de outubro de 2023



A ação militar ofensiva, começada pelo Hamas contra territórios israelenses no último dia 09/10, surpreendeu a segurança israelense e estadunidense. Os 5 mil foguetes disparados inicialmente pelo Hamas sobre território israelense, a ocupação terrestre de vários locais, o assassinato de um membro do alto comando militar sionista, prisões de mais de 50 militares sionistas, a ocupação de assentamentos de colonos judeus, e de bases e veículos militares, revelaram a fraqueza defensiva sionista, assentada na prepotência de quem é um enclave regional da maior potência imperialista armamentista do mundo. Mais do que isso, mostraram a necessidade de os palestinos responderem os sucessivos ataques, prisões, massacres, assassinatos e destruição que o Estado sionista tem despejado sobre a nação oprimida que ocorrem há mais de 60 anos.

O ataque foi inicialmente executado pelas facções jihadistas da Faixa de Gaza, porém, já no domingo, o Hezbollah, do Sul do Líbano, também atacou Israel pelo Norte.

As potências imperialistas e seus vassalos correram para declarar apoio a Israel e se solidarizarem com as vítimas israelenses (ignoram e desprezam as vítimas do lado palestino). Do outro lado, a Rússia e o Irã se colocaram

imediatamente ao lado dos palestinos. As burocracias russa e chinesa, logo após o anúncio de guerra pelo governo sionista, passaram a chamar as conversações pela “paz”. Na guerra entre opressores e oprimidos, a única situação a ser defendida é a que as massas em luta imponham com a força das armas ao imperialismo. “Paz”, sem acabar com a violenta opressão e sem destruir o Estado sionista, será a preservação da opressão sionista. As burocracias contrarrevolucionárias dos Estados Operários degenerados atuam pelo acordo com o imperialismo, como fazem em todas as circunstâncias (inclusive na Ucrânia – onde procuram preservar as bases do seu poder político e seus ganhos, a propriedade nacionalizada). Na Palestina, sua política preserva as bases materiais da opressão nacional sobre os palestinos, e colabora assim com o imperialismo.

O relativamente forte armamento do Hamas e o posicionamento dos países ao redor do conflito revelam os choques de interesses mundiais que têm atravessado cada conflito regional nas últimas décadas. Em grande medida, a compra de milhares de foguetes e demais munições pelo Hamas foi favorecida pelas sanções imperialistas contra Rússia, China e Irã. Incrementou-se o comércio de armas e demais insumos

de forma informal, com pagamento em ouro ou outras moedas, que não o dólar. Por meio desse comércio “por fora” das transações controladas pelos EUA e Europa, as armas vieram parar com os jihadistas em grande número e variedade. Outro elemento é que também aí se chocam as forças econômicas do imperialismo em decomposição com as dos estados operários degenerados (Rússia e China), nacionalizadas pelas revoluções proletárias, e que disputam palmo a palmo a influência na economia mundial. Por conta da guerra na Ucrânia, que esvaziou os estoques de armamentos das potências contra a Rússia, criou-se uma situação em que os EUA terão de decidir se impulsionam a ajuda militar a Israel, com o objetivo de destruir o Hamas na Palestina, ou se mantêm a ajuda militar à Ucrânia, que pede a cada dia mais armamentos e insumos. Qualquer decisão enfraquecerá uma das duas frentes militares, favorecendo o outro campo.

As organizações nacionalistas islâmicas expressam as contradições entre a opressão nacional exercida pelas potências, tendo o Estado sionista de Israel como seu enclave, e os povos árabes submetidos e violentamente subjugados, nesse caso, os palestinos. O fracasso do nacionalismo laico dos anos de 1960 em deter o aumento da opressão

Não se pode desligar o conflito na Palestina com o que acontece na Ucrânia. Em ambos, as forças do imperialismo e dos estados operários degenerados estão em choque. Em ambos, interessa ao proletariado mundial a derrota militar do imperialismo, e da OTAN, bem como de seus enclaves. A derrota do imperialismo em um país favorece a luta anti-imperialista no outro, e no mundo inteiro.

nacional na região, nacionalismo que ou foi liquidado pelo imperialismo ou se tornou em pró-imperialista, abriu caminho para que o nacionalismo religioso, islâmico, assumisse a posição de defesa nacional. A política dos dois estados, que seriam Israel e Palestina, levou ao aumento da opressão em todas as suas formas, de um sobre o outro. A palestina jamais poderá consumir sua autodeterminação nacional e constituir seu Estado enquanto o Estado sionista continuar em pé. A defesa dos “dois Estados”, levou ao abandono da meta de destruição do Estado de Israel por algumas das organizações palestinas, e agora está nas mãos dos jihadistas. Ainda que com seus métodos terroristas, passaram a combater de todas as formas possíveis a imposição imperialista na região e seu enclave sionista. O terrorismo individual é estranho aos métodos coletivos do proletariado (que não excluem o terrorismo de classe). Nem por isso leva a classe revolucionária se colocar politicamente “neutra” num conflito entre a burguesia mundial e seus tentáculos, e as nacionalidades oprimidas. A política proletária combate a burguesia mundial em todos os terrenos possíveis. Diante de todo e cada um dos conflitos entre o imperialismo e uma nacionalidade oprimida, com quaisquer que sejam os métodos usados por esta para se defender e atacar a opressão imperialista, cabe ao proletariado, aos oprimidos e à vanguarda com consciência de classe estar ao lado da nação

oprimida contra a nação opressora. Por isto, desde já nos colocamos incondicionalmente pela DERROTA MILITAR DO IMPERIALISMO E DE SEU ENCLAVE SIONISTA NA PALESTINA!

Não se pode desligar o conflito na Palestina com o que acontece na Ucrânia. Em ambos, as forças do imperialismo e dos estados operários degenerados estão em choque. Em ambos, interessa ao proletariado mundial a derrota militar do imperialismo, e da OTAN, bem como de seus enclaves. A derrota do imperialismo em um país favorece a luta anti-imperialista no outro, e no mundo inteiro. O enfraquecimento do imperialismo favorece que o proletariado avance na construção de seus organismos próprios e independentes de luta contra a burguesia mundial e nacional, e na luta pela Revolução Política nos países em que burocracias expropriaram o poder político da classe operária sobre seu estado. Favorece ainda os povos e nações oprimidas na luta pela sua autodeterminação nacional.

Os palestinos ainda não possuem sua organização política proletária com independência de classe em relação à sua burguesia nacional e os movimentos jihadistas. Não possuem seu partido proletário revolucionário. Aí está o maior limite à ofensiva que se desencadeia hoje contra o Estado sionista. Trata-se de uma ofensiva manejada pelas organizações nacionalistas, portanto, burguesas e pequeno-burguesas, contra a opressão nacional. Ainda que as apoiemos militarmente na sua luta contra o enclave do imperialismo na região, mantemos nossas críticas quanto aos seus métodos e sua política. Defendemos a necessidade de que as massas sejam armadas para se defenderem e realizarem a ofensiva contra o Estado opressor, para recuperarem suas terras tomadas pelo militarismo sionista, tomando em suas próprias mãos a luta pela derrota militar do sionismo e seu amo imperialista.

A luta contra a opressão nacional, que certamente afeta mais agudamente os palestinos, é uma luta de todas as massas exploradas da região. Os governos burgueses, em grande parte, são subalternos ao imperialismo, e são correia de transmissão da superexploração do trabalho e das riquezas na-

turais. A necessidade de apoio mútuo entre as nacionalidades e oprimidos desses países coloca a necessidade de unidade revolucionária na luta anti-imperialista. O avanço da revolução proletária na Palestina, que depende de o proletariado estar politicamente à frente dessa luta como direção, aponta para a necessidade de caminhar no sentido de uma federação de estados operários no Oriente Médio, os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Esse objetivo estratégico permite desenvolver a necessária unidade tática entre as distintas nacionalidades árabes na região em direção a um ponto comum, unitário.

E uma posição internacionalista consequente defende também ações que ajudem o lado oprimido contra o imperialismo em todas as partes do mundo. A convocação de atos de defesa dos palestinos e de seu direito a usarem todos os métodos para conquistar suas reivindicações, de boicote às empresas sionistas, de greves e paralisações de fabricantes e de transporte de insumos para o estado sionista na guerra, tudo isso é necessário para erguer um movimento internacionalista em defesa do povo oprimido. Mas também a exigência de que o governo de cada país não se coloque ao lado dos opressores, de Israel e dos EUA, e de seus aliados e vassalos.

O governo Lula se colocou prontamente por condenar os ataques do Hamas contra Israel, e de convocar uma reunião do Conselho de Segurança da ONU para brear a ofensiva militar. Demonstrou mais uma vez seu caráter pró-imperialista, de capacho dos EUA no cenário internacional. As centrais sindicais, os partidos e organizações de “esquerda”, que estão centralizados politicamente pelo governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin, também se negam a tomar uma posição clara e definida de apoio incondicional aos palestinos. As massas brasileiras estão sob uma crosta política e burocrática de sufoco a que expressem o anti-imperialismo. Terão de ultrapassá-la nas lutas pelas próprias reivindicações e com seus próprios métodos de luta, e organizadas com real independência de classe. As tendências de luta que se manifestam em várias regiões do mundo ajudam a forjar esse caminho. É preciso impulsioná-las! ●

Israel pôs em marcha o massacre sobre Gaza

Por uma campanha internacionalista de defesa dos palestinos! Pela derrota do imperialismo e do sionismo!

Manifesto publicado no dia 13 de outubro de 2023



As ações militares e agora o massacre dos sionistas sobre Gaza têm despertado a solidariedade das massas oprimidas da região. Ainda que tenham acontecido outras em favor de Israel, e conflitos de rua entre ambas, esse movimento mostra que é possível pôr em pé uma ação internacionalista geral de apoio aos palestinos contra os massacres que já ocorrem e os que estão por ocorrer, da parte do estado militarista e sionista de Israel.

Depois de sofrer um ataque, encabeçado pelo Hamas, e dos demais grupos militares organizados da Faixa de Gaza, o Estado sionista de Israel e os EUA desencadearam sua resposta de terror de Estado: isolaram a região, cortaram energia, água e alimentos, e bombardearam o único hospital da região, escolas, mesquitas e prédios de moradia. Bloquea-

ram a saída de Rafah, destruída por bombardeios israelenses, e que era a única via para os refugiados chegarem ao Egito. Cercaram a Faixa de Gaza com tanques e 300 mil soldados. Evacuaram as cidades próximas da fronteira. Atacaram aeroportos na Síria e bombardearam locais do Hezbollah no Sul do Líbano. Os EUA levaram para a região um porta-aviões e mais alguns navios de guerra. O governo, metido numa crise de pagamentos da dívida pública estadunidense, impôs a aprovação de verbas emergenciais de apoio ao Estado sionista de Israel. A oposição “social-democrata” israelense imediatamente formou um governo de unidade nacional com toda a ultradireita de Benjamin Netanyahu, dando-lhe poder total para assuntos de guerra.

Além do suporte militar incondicional garantido pelos EUA, Israel ganhou apoio da grande maioria dos países, da ONU, e do Papa – o Vaticano está sempre em unidade com os nazistas, sejam eles alemães ou “judeus”. Apenas se une o apoio efetivo a um hipócrita chamamento à paz e humanidade.

O gigantesco poderio militar de Israel, reforçado com o que sobra nos EUA que ainda não tenha sido enviado à Ucrânia, tem um obstáculo pela frente, que vai muito além dos estimados 100 mil mísseis do Hamas ou dos inúmeros túneis subterrâneos em Gaza: o apoio de boa parte da população às organizações militares palestinas, ou no mínimo o rechaço à opressão sionista. A tomada militar de Gaza somente poderá ser efetivada com um banho de sangue jamais visto em uma região tão pequena como Gaza.

O presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, se limitou a

suplicar pela ação da ONU, que é dirigida pelas potências imperialistas, em particular pelos EUA, para deter o ataque israelense. Em palavras, defendeu o direito dos palestinos à autoddefesa, mas nada faz para mobilizar todos os recursos que maneja em favor da luta contra os sionistas. Vai encontra-se com o Secretário de Estado estadunidense, Antony Blinken, para discutir um “plano de paz”. A traição da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que se submeteu ao reconhecimento do sionista Estado de Israel, para a causa de seu povo se concretiza numa terrível situação de guerra.

O presidente iraniano, Ebrahim Raisi, parabenizou o Hamas por ter conseguido destruir alvos militares específicos que permitiriam um ataque organizado de Israel contra o Irã. E que o estado sionista demorará anos para reconstruí-los. Não se sabe exatamente como o Irã participou ou não da ação do Hamas. Mas sabe-se que muitas das armas usadas para a operação “Tempestade Al-Aqsa” eram tanques e europeias, provenientes da Ucrânia. Provavelmente, o contrabando de armas do Leste Europeu para a Palestina é muito maior do que as potências pensavam. Segundo os EUA, a corrupção é uma das características mais marcantes do governo Zelensky.

A Rússia e a China se declararam favoráveis à causa palestina e a um cessar fogo imediato. Claro, depois de alcançado o objetivo militar de destruição de pontos estratégicos do sionismo em Israel. Mas é certo que parte da atenção e insumos militares já escassos dos EUA serão desviados para o Oriente Médio, enfraquecendo o esforço militar na Ucrânia. A che-



gada do outono e aproximação do inverno, juntamente com a crise orçamentária estadunidense, são mais elementos que favorecem a Rússia, e os objetivos da burocracia contrarrevolucionária, que somente busca um acordo com o imperialismo, de forma a preservar a economia nacionalizada pela Revolução Proletária, que hoje, tendo sido expropriado o controle operário há um século, serve à casta burocrática como fonte de poder e ganhos.

As massas em diversos países saíram às ruas, em defesa da causa palestina, em especial na Europa. No Egito, Jordania, Iraque e Líbano, milhões de árabes festejam a ação do Hamas e, agora, do Hezbollah. As ações militares e agora o massacre dos sionistas sobre Gaza têm despertado a solidariedade das massas opri-

midas da região. Ainda que tenham acontecido outras em favor de Israel, e conflitos de rua entre ambas, esse movimento mostra que é possível pôr em pé uma ação internacionalista geral de apoio aos palestinos contra os massacres que já ocorrem e os que estão por ocorrer, da parte do estado militarista e sionista de Israel.

Por mais que se discorde dos métodos usados pelas organizações militares palestinas de Gaza e de outras regiões, ou de suas políticas nacionalistas e até direitistas ou obscurantistas, não se pode admitir qualquer atenuação ao apoio aos palestinos e condenação de Israel, sob a crítica a esses grupos quando estão sob fogo do sionismo e do imperialismo. O proletariado mundial combate em todas as trincheiras contra a burguesia mundial imperialista, antes de tudo. O acerto de contas que fará com suas burguesias nacionais está subordinado circunstancialmente a essa ação imediata necessária, sem nunca as apoiar politicamente, e preservando sempre sua independência política e organizativa.

As ações que conformam uma autêntica frente única anti-imperialista, sob a direção e programa proletário, passam pelas manifestações, pelas greves e boicotes a empresas fornecedoras ou ligadas ao sionismo, bloqueio de portos, aeroportos, esta-

ções ferroviárias, fronteiras, ocupação de instalações sionistas, exigência aos governos pela ruptura com o Estado de Israel, e todo tipo de apoio possível aos palestinos sob o ataque sionista.

É parte dessa luta combater a moral e ideologia burguesas, que igualam a violência e terror exercido pelos oprimidos aos que exercem os opressores. É necessária uma clara delimitação diante da farsa dos direitos humanos da burguesia imperialista, que acusa os oprimidos e suas organizações de terrorismo, enquanto continua a apoiar a política de genocídio e o colonialismo, instrumentos do terrorismo de Estado sionista, que se desfecha há décadas sobre o povo palestino.

É preciso afetar a economia, atacar os lucros dos capitalistas em toda parte, como parte da luta de classes internacional do proletariado e das massas oprimidas contra a burguesia, regional e internacional.

Essas medidas favorecerão que se avance em direção a uma palestina socialista, parte de uma unidade federativa socialista mais geral, os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, que serão alcançados pela revolução proletária em cada um dos países dessa região. E se voltarão para a vitória da Revolução Mundial Socialista. ●



PPRI

**Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista**



ppri4.org

ppri.partido@proton.me

correntesindicalmarxistagloria@proton.me //

correnteestudantilmarxistagloria@proton.me

Apoio incondicional aos palestinos na luta contra o sionismo e o imperialismo ianque!

Fim imediato do genocídio! Autodeterminação dos palestinos! Pela revolução proletária! Por uma Federação de Estados Operários do Oriente Médio!

Manifesto publicado no dia 04 de novembro de 2023

As tropas do Estado Sionista de Israel entraram com seus tanques e soldados na Faixa de Gaza (com armas e tropas estadunidenses para apoiá-los), enquanto se mantém o bombardeio das cidades de toda a região(até mesmo sobre campo de refugiados) e dos assentamentos de Jenin, na Cisjordânia, e os ataques ao Sul do Líbano e à Síria – estes, despejados diretamente pelas forças militares do imperialismo estadunidense na região, que também alveja mísseis de retaliação vindos do Iêmen. O deslocamento forçado de milhões de palestinos e seu genocídio aos milhares que permanecem em Gaza prossegue, tendo como um efeito disso a morte de militantes do Hamas.

Os oprimidos do mundo todo estão manifestando seu apoio aos palestinos e rechaço aos ataques do Estado de Israel, apesar das direções da chamada esquerda vacilarem na situação. Na Inglaterra, as maiores manifestações de massa desde o fim da 2ª guerra mundial ocorreram nos últimos dias, em apoio aos palestinos, exigindo o fim do massacre. Na Turquia e Jordânia, centenas de milhares nas ruas protestaram. Praticamente em todos os países do Oriente Médio e Norte da África houve manifestações massivas de apoio, que também ocorreram na Europa. Nos EUA, os judeus antissionistas iniciaram um movimento que foi seguido por outras organizações, para que se pare com a matança, impulsionada pelo governo ianque.

Nota-se a inconsequência das esquerdas na defesa dos palestinos contra Israel e o imperialismo. Elas estão contaminadas pelo democratismo burguês, e abandonam princípios elementares do socialismo científico. Negam-se a apoiar incondicionalmente os palestinos, e com isso estar ao lado do Hamas contra Israel e o imperialismo estadunidense, principalmente por recear ver suas organizações relacionadas de qualquer forma a uma organização nacionalista islâmica direitista, que usa de métodos qualificados de terroristas, condenando igualmente os terrorismo de Israel e do Hamas.

O socialismo científico é contrário ao emprego de terrorismo individual como método de luta. Ainda assim, não o condena quando é usado por militantes na luta contra seus opressores de classe e o imperialismo. E não é contrário ao uso do terrorismo em geral, defende-o quando as massas o utilizam contra seus opressores de classe. O terrorismo é uma das formas de violência, que tem sempre um conteúdo de classe, pode ser revolucionária ou reacionária, dependendo de quem a utilize e contra quem. A violência da burguesia é reacionária. A violência das massas oprimidas contra seus opressores é revolucionária. Se não se toma esse princípio, não se pode desenvolver uma política de classe diante da situação, se acabará numa das variantes da política burguesa, ainda que “pacifista”.

A burguesia mundial está provando ser incapaz de deter o massacre promovido por um enclave do imperialismo ianque, que é a essência do Estado de Israel. O fato de ter realizado uma migração de mais de 5 milhões de judeus nos últimos 40 anos para a Palestina usurpada não altera sua origem e essência. É um mecanismo de inserção dos interesses dos EUA em toda a região, de disciplinamento de seus governos, por meio do armamentismo de um estado criado somente para isso, para esmagar os palestinos e controlar as nações árabes.

É o que se vê nas discussões do Conselho de Segurança da ONU. A resolução de cessar fogo do Brasil, que condena o Hamas por terrorismo, mas não apoia a resposta de Israel, foi vetado pelos EUA. A proposta russa de cessar fogo foi apenas uma manobra para ressaltar a posição impositiva estadunidense. Os ianques pretenderam impor a subordinação da ONU ao massacre genocida promovido por eles e seu enclave sobre os palestinos. Isto, no momento em que os governos europeus se deparam com o fortalecimento eleitoral da direita nas eleições que se aproximam, por conta de seu apoio político, militar e econômico à ofensiva ditada pelos EUA na Ucrânia contra a Rússia. Note-se que

esse fortalecimento decorre em grande parte pela posição das esquerdas, que se têm colocado no campo da democracia imperialista em toda parte.

A ONU já não consegue servir de instrumento diplomático para encobrir totalmente as ofensivas econômicas, políticas e bélicas dos EUA em suas intervenções no mundo todo. As mudanças econômicas das últimas décadas, que enfraqueceram a participação dos EUA, Europa e Japão na produção mundial, e fortaleceram em seu lugar primeiro a China e depois a Rússia, assim como o deslocamento de outros países para uma aproximação com os Estados Operários degenerados por meio da ampliação do BRICS, levaram a que a forma da ONU e de seu Conselho de Segurança não correspondam mais às relações concretas entre os países. Já tem alguns anos que os EUA não conseguem impor a unidade imperialista ao redor de suas intervenções militares, que passaram a depender apenas da burguesia imperialista estadunidense e de seu parlamento.

A China e Rússia, como países que preservam, apesar de todas as sanções econômicas contra elas, seu crescimento da indústria e agricultura, não têm interesse conjuntural na destruição maciça de forças produtivas mundiais. Por isso, em todos os conflitos, posicionam-se por um acordo que ponha fim às guerras ou às tentativas delas. Isso vale também para a Rússia na Ucrânia, onde a burocracia russa tentou por dois anos chegar a um acordo com as potências, realizou a ocupação de seu Leste russo, sob apoio da população local, e agora volta-se novamente para que se efetive um acordo com as mesmas potências Imperialistas, que preserve um cinturão de defesa contra os ataques militares às forças produtivas nacionalizadas, fonte do poder e ganhos dessa mesma burocracia contrarrevolucionária. A China, que tem a maior exportação mundial, não pretende se envolver numa guerra que seja um obstáculo aos seus ganhos comerciais, que são sua tábua de salvação diante da superprodução que já a afeta ramos de sua economia.

Já os EUA têm todo interesse na destruição maciça de forças produtivas. Somente por meio disso será possível uma ampla recomposição das forças produtivas imperialistas, de dimensões equivalentes ao pós 2ª guerra mundial. Impulsionam o militarismo e os confrontos em toda parte. Realizam com frequência provocações contra a China e Rússia, e seus aliados. Aproveitam-se das guerras para fortalecer por meio do investimento estatal a sua indústria armamentista, e com ela toda a cadeia produtiva, contornando as tendências recessivas dominantes, que se combinam com as inflacionárias, dentro dos EUA, na Europa e em toda parte.

O imperialismo é a fase de guerras, revoluções e contrarrevoluções. É a época da luta mundial do proletariado mundial contra a burguesia mundial. Por isso, em todo e qualquer conflito militar em que o imperialismo ou seus enclaves estejam envolvidos, é dever dos explorados do mundo todo se colocarem ao lado daqueles que são atacados pelas potências imperialistas, independentemente de quaisquer que sejam as caracterizações a seu respeito, sem ter de apoiá-los politicamente, e preservando a independência de classe na organização, ação e bandeiras. As organizações nacionalistas árabes,

que no passado foram em sua maioria laicas e hoje são esmagadoramente religiosas, em grande parte estão pela destruição do Estado de Israel, enclave dos EUA na região, um estado artificial e belicoso. Lutam como podem contra as potências, mas seu caráter de classe burguês as impede de serem consequentes e levar a luta ao seu objetivo final. A destruição do Estado de Israel e a conquista da autodeterminação das nacionalidades da região (incluídos aí os milhões de judeus que hoje habitam território palestino) depende da luta das massas oprimidas e exploradas. O armamento das massas e a divisão das forças militares são uma condição para que se derrote o imperialismo e se faça o então o ajuste de contas com a burguesia de seus próprios países, que é incapaz historicamente de defender e conquistar a soberania nacional. A derrota do imperialismo na guerra, que depende em grande parte do apoio incondicional aos palestinos contra o Estado sionista, é a tarefa colocada para agora. Se avançar, será um passo na direção da vitória do proletariado contra a burguesia no mundo todo, na direção da Revolução proletária em cada país e da Revolução Socialista Mundial. É por isso que lutamos. Defendemos que se avance em direção a

construção de um governo operário e camponês na Palestina, de um Estado Operário que se fundamente na expropriação dos grandes meios de produção e controle operário coletivo deles. Defendemos também que nas demais nações da região se construam estados operários semelhantes, que se unam numa federação e que sejam ponto de apoio para a revolução socialista mundial, que é a única forma de se alcançar uma paz definitiva. Sob o imperialismo, qualquer paz será um intervalo entre guerras e mortandade. ●

Todo apoio aos palestinos contra o Estado sionista e os EUA! Pela derrota militar de Israel e do imperialismo! Traçar uma plataforma de reivindicações para unir as massas em toda parte ao redor da defesa incondicional dos palestinos, e para defendê-la com os métodos próprios da luta de classes e com organização sob independência de classe! Organizar as massas para combater a opressão nacional e social em toda parte! Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista!

As massas estão nas ruas, defendendo os oprimidos dos opressores no mundo todo!

Os oprimidos do mundo todo estão se manifestando em marchas de milhares, dezenas de milhares, e até centenas de milhares, todas elas de apoio aos palestinos, que estão sendo massacrados pelos bombardeios israelenses. Esse apoio massivo dos explorados expressa o conteúdo de classe da defesa dos palestinos contra o estado opressor de Israel. Por trás do Estado de Israel, está o imperialismo dos Estados Unidos, que fornece as armas e todos os insumos para o genocídio sobre os palestinos. Já passam e 10 mil mortos na Faixa de Gaza, sendo 4 mil crianças. O estado de Israel continua sendo um enclave norte-americano na região, que pretende aumentar seu poderio militar, econômico e político.

Em São Paulo, no dia 4/11, houve uma manifestação na Avenida Paulista, com cerca de 12 mil pessoas, que desceu a Rua da Consolação em passeata, em apoio à resistência palestina e condenando o genocídio promovido pelo estado sionista de Israel. Praticamente todas as organizações e correntes de esquerda se juntaram à comunidade palestina nessa marcha. Chamou a atenção que as esquerdas subordinadas ao governo burguês de Lula/Alckmin insissem em implorar que ele tomasse medidas de ruptura com Israel, quando o governo condenou firmemente o ataque do Hamas, taxando-o de terrorista. E que nenhuma delas se referisse à necessidade de ação da classe operária para apoiar a resistência palestina. O PPRI em sua fala destacou a inter-

ferência do imperialismo estadunidense por trás do estado sionista, que deve ser combatido em toda parte. E que era fundamental ir às fábricas e convocar o proletariado a ir à luta, com seus métodos próprios, com independência de classe, para apoiar os palestinos com greves, bloqueios e ocupações.

A defesa incondicional dos palestinos em todo o mundo deve ser feita, a partir das greves operárias onde se produzem os armamentos e insumos de guerra, nos portos, aeroportos e estações de trem, para bloquear o fornecimento de armas voltadas ao massacre; em manifestações e ocupações que exijam a ruptura dos acordos com Israel, e o boicote comercial; no apoio político e material aos palestinos em Gaza e na Cisjordânia, que também está sendo atacada, ainda que com menor intensidade.

Em cada uma e toda trincheira de luta no mundo, o proletariado mundial tem seu lado: está em combate ao imperialismo, ao lado dos que lutam contra sua opressão. Cada derrota do imperialismo interessa diretamente aos explorados. Sabe que a paz não poderá ser obra dos capitalistas e seus governos: a paz virá por meio da revolução proletária, que construirá um estado operário na Palestina, e uma federação socialista de estados operários na região, quando expulsar o imperialismo e destruir seus instrumentos de opressão, como o estado sionista de Israel. ●

A derrota militar do imperialismo e de seus vassallos em Gaza e na Ucrânia é objetivo imediato da luta revolucionária das massas



A carnificina desfechada sobre a Faixa de Gaza pelo exército israelense teve como reflexo a ida das massas exploradas às ruas, em defesa do povo palestino, nas potências e nos países semicoloniais. A revolta mundial das massas oprimidas contra a opressão sionista as coloca em choque diretamente com o imperialismo norte-americano e também com o europeu, que apoiam o extermínio físico dos palestinos e a imposição de um “protetorado” em Gaza, para garantir seus interesses econômicos e políticos na região.

A Faixa de Gaza é parte de uma região que é ponto estratégico em relação a grandes produtores de petróleo, e a rotas comerciais, que ligam o Oriente Médio à África e Europa, e estão na mira da Rota da Seda Chinesa. Para deterem total controle da Palestina, governos e exércitos imperialistas impulsionam o massacre em Gaza, que já ceifou a vida de mais de 10 mil palestinos, dentre mais de 4 mil crianças e 2,5 mil mulheres, reduzindo a pó grande parte da infraestrutura econômica, hospitalar, escolar e institucional da região. Atacam também agora os assentamentos palestinos sob ocupação sionista na Cisjordânia. A destruição de Gaza, o deslocamento forçado e o massacre sistemático são a resposta que o imperialismo dá aos palestinos, por se negarem a se ajo-

lhar perante o sionismo, e usarem a violência revolucionária na luta contra a opressão nacional.

O deslocamento de tropas e navios de guerra dos EUA garantem a possível intervenção militar, caso a guerra arraste as forças nacionalistas árabes a combaterem ao lado dos palestinos. O apoio e pleno suporte militar dos EUA a Israel prova que a divergência anterior, acerca de como se deveria organizar o regime político (se por meio de uma ditadura centralizada no 1º Ministro ou numa democracia burguesa deformada que dividiria poder com o judiciário) pairou sobre uma mesma estratégia política de destruição do Hamas e da Faixa de Gaza por meios do terrorismo de Estado, que agora foi despejado por meio de um genocídio.

Por outro lado, a projeção do Hamas e de seus aliados, sob ataque estadunidense e sionista, ressaltou a necessidade da destruição do Estado de Israel como condição para que se alcance a autodeterminação palestina. Os governos burgueses em geral substituem essa tarefa histórica pela tese dos dois estados, um judeu e um palestino. Os dois estados levariam à permanência da opressão nacional de um sobre o outro, sob o capitalismo não será possível outra possibilidade.

A advertência de Erdogan, de que os países árabes devem preparar-se para intervir no conflito, assim como

a ruptura de relações entre Bahrein, Qatar, Arábia Saudita e Jordânia com Israel, alertou o imperialismo de que desta vez não contarão com a tolerância e convivência dos governos da região. Soma-se a isso, a revolta das massas oprimidas nas potências contra a carnificina sionista, defendendo incondicionalmente o direito dos palestinos a combaterem seus algozes com os métodos que bem entenderem.

A guerra na Palestina se transformou em um massacre televisado abertamente, sem que a ONU fosse capaz de contrariar os ditames dos EUA e seus aliados. Entre Gaza e Ucrânia, milhares de bombas, equipamentos militares e apetrechos bélicos são despejados, para favorecer o lucrativo negócio da indústria militar, em meio ao estreitamento de mercados e a paralisação de capitais nas potências. Não há outra via, aliás, para avançar com a maciça destruição de forças produtivas, que comparece no cenário da crise mundial como a única saída para uma recomposição das forças produtivas capitalistas. As mudanças nas relações políticas mundiais, marcadas pelo retrocesso das potências e avanço das forças produtivas baseadas nas economias estatizadas pelas revoluções, abrem passagem aos choques militares entre os Estados Imperialistas e os Estados Operários. Em ambos os conflitos, essas forças econômicas e políticas estão em trincheiras opostas nos combates e nas manobras diplomáticas.

O armamentismo que envolve todos os países, e os coloca de um lado ou outro dos choques mundiais, mostra que as crises econômicas antecedem as guerras. Mas, estas abrem também uma via para a intervenção das massas exploradas e oprimidas



na luta de classes. A incorporação da guerra em Gaza na corrente violenta das tendências bélicas, que alcançou projeção mundial com a guerra na Ucrânia, acontece no momento em que as massas exploradas projetam as mais variadas formas e táticas da luta de classes contra a burguesia imperialista mundial e seus ditames, abrindo caminho para se avançar no caminho das revoluções, em oposição às tendências reacionárias e contrarrevolucionárias desenvolvidas pelas potências imperialistas.

O massacre em Gaza deixou claro às massas oprimidas dos países imperialistas e das semicolônias que devem defender incondicionalmente aos palestinos e seu direito de combater e derrotar os sionistas e seu amo imperialista com os métodos e táticas que eles escolherem. Esse instinto de classe divide aos explorados da grande burguesia e setores

da pequena burguesia que se colocam ao lado do imperialismo e seus vassallos. Essa delimitação de classe se realiza em meio ao crescimento das manifestações que exigem o fim da guerra na Ucrânia e Gaza, e que se acabe com o apoio militar de seus governos a essas.

Para ampliar os gastos parasitários do imperialismo e criar condições de uma retomada da economia capitalista sobre a base da destruição maciça de forças produtivas mundiais, o imperialismo precisa disciplinar e desgraçar as massas em seus próprios países atacando direitos, ampliando as contrarreformas, exaurindo os assalariados com mais encargos para manter os gastos da guerra e, cada vez mais avançando na militarização de todas as manifestações da vida política e social. O governo imperialista francês proibiu qualquer manifestação em favor dos palestinos. O mesmo fez o governo inglês. Apesar disso, as massas decidiram se manifestar massivamente e erguer palavras de ordem em favor dos palestinos, passando por cima das ameaças e proibições de suas burguesias. Essa fenda foi aberta inicialmente com os protestos contra o financiamento dos governos à guerra na Ucrânia, continuou se abrindo com as manifestações em favor dos palestinos e deu mais um salto com o boicote organizado por

O massacre em Gaza deixou claro às massas oprimidas dos países imperialistas e das semicolônias que devem defender incondicionalmente aos palestinos e seu direito de combater e derrotar os sionistas e seu amo imperialista com os métodos e táticas que eles escolherem. Esse instinto de classe divide aos explorados da grande burguesia e setores da pequena burguesia que se colocam ao lado do imperialismo e seus vassallos.

quatro sindicatos do aeroporto de Lieja, na Bélgica, que paralisaram a exportação de armas que seriam enviadas pelo seu governo para Israel. É essa solidariedade instintiva de classe que abre uma via para a luta coordenada, unificada e internacional visando paralisar a indústria militar e continuar com novos bloqueios de portos, ferrovias e rodovias em cada potência imperialista.

Esse objetivo deve guiar a intervenção da vanguarda com consciência de classe em cada país e no mundo todo, trabalhando por generalizar os protestos e pela sua imediata unificação em uma ação coordenada e radicalizada que favoreça a projeção de cada luta reivindicativa e cada protesto em um passo a mais para efetivar a derrota militar do sionismo em Gaza e da OTAN em Ucrânia.

A defesa incondicional dos palestinos combina-se à defesa incondicional da propriedade estatizada pelas revoluções de sua destruição pelo imperialismo. Essas bandeiras abrem uma via para que as revoltas das massas possam confluir com o programa revolucionário do proletariado mundial. Daí a importância da defesa das reivindicações e dos métodos que colocam objetivamente os explorados e oprimidos em choque contra a burguesia mundial e seus interesses em qualquer parte do mundo. ●

FOLHETO

Guillermo Lora e a Rússia

**EM DEFESA
DAS CONQUISTAS
DA REVOLUÇÃO
PROLETÁRIA**

*e da Revolução
Política como
parte da Revolução
Mundial Socialista*

Adquira com nossos militantes!

Choques entre Estados Imperialistas e Operários impulsionam a corrida armamentista e as tendências bélicas

A Guerra na Ucrânia evidencia a passagem qualitativa da guerra comercial entre as potências imperialistas, e entre estas e os Estados Operários degenerados, para a ação militar como forma política da disputa mundial pela produção e distribuição (comércio) de mercadorias e serviços. Os conflitos no continente africano e, mais recentemente, a ação do Estado de Israel sobre o povo palestino na Faixa de Gaza são mais elos da cadeia das tendências bélicas em curso.

Desde 2015, as despesas militares dos países estão em contínua elevação. A partir de 2021, os gastos militares ultrapassaram os US\$ 2 trilhões; cifra que apenas sete países no mundo têm como PIB anual. Ainda em 2021, os gastos globais com a indústria da guerra já eram 12% maiores do que em 2012.

Os EUA, que respondem por quase 40% de todo gasto militar do planeta, aprovou em dezembro de 2022 um orçamento de US\$ 858 bilhões para a suposta “Defesa” do país, para o ano de 2023. Em março deste ano, Joe Biden apresentou uma proposta orçamentária para 2024, que pode prever quase US\$ 1 trilhão, dos quais mais de US\$ 170 bilhões para a compra de armas, maior valor desde a invasão do Afeganistão (2001). Este orçamento oficial, aprovado no Congresso, pode ser acrescido de verba suplementar, como foi feito em 2022, com a aprovação de repasse de US\$ 112 bilhões para a Ucrânia, o que inclui ajuda “humanitária” e financeira, mas também militar. O mesmo pode acontecer agora com a ação do Estado sionista sobre os palestinos.

Atrás dos EUA, está a China, com um orçamento, para 2023, de US\$ 224 bilhões, pela divulgação oficial. Trata-se do oitavo ano de crescimento consecutivo para o orçamento militar. Especialistas indicam que os gastos do país devem ser bem maiores que os divulgados, consi-

derando os números gerais de suas forças armadas. Também, diferente dos EUA, não se sabe ao certo como é distribuído este montante. Sabe-se que a China tem o maior exército permanente do planeta, com mais de 2 milhões de soldados efetivos. Também possui a maior Marinha do mundo, além de gigantesca reserva de mísseis, caças, navios de guerra com potencial nuclear, etc. Como toda indústria militar é estatal, há um rígido controle sobre os dados divulgados. Segundo dados de 2019, as quatro maiores fabricantes de armas da China estariam entre as 20 maiores do planeta, colocando-a atrás apenas dos EUA. Com a maior transferência de tecnologia já vista

a mais do que o planejado em 2021 para o orçamento militar, mostrando como o armamento que a Ucrânia recebeu da OTAN e dos países imperialistas obrigou a Rússia a gastar mais do que esperava. Dos mais de US\$ 2 trilhões gastos em orçamento militar, EUA, China e Federação Russa correspondem a mais da metade do total, 56%, em 2022. O parlamento da Federação russa, controlada pela burocracia estatal (ela tem 80% dos deputados da Duma), aprovou que o orçamento para 2024 deve aumentar em 68%, chegando a US\$ 115 bilhões, o que demonstra a manutenção da ocupação na Ucrânia e o incremento em diferentes áreas militares para enfrentar o imperialismo.

Desde 2015, as despesas militares dos países estão em contínua elevação. A partir de 2021, os gastos militares ultrapassaram os US\$ 2 trilhões; cifra que apenas sete países no mundo têm como PIB anual. Ainda em 2021, os gastos globais com a indústria da guerra já eram 12% maiores do que em 2012.

em todos os setores produtivos (sendo frequentemente acusada também de roubar segredos industriais), a China também começou a importar menos e exportar mais armas para o mundo. Estima-se que, entre os períodos de 1999 a 2003 e 2014 a 2018, as importações de grandes armas caíram em 50%, e as exportações aumentaram 208%, tornando o país no 5º maior exportador de grandes armas do planeta em 2019; chegando, já em 2023, à 4ª posição, ingressando em regiões que são dominadas pelos EUA e pela Europa, como o Oriente Médio; entre 2014 a 2018, o país se tornou no maior exportador de veículos aéreos de combate não tripulados.

A Rússia, que estava em 5º lugar até 2021 nos gastos militares, subiu para terceiro lugar, a partir de 2022, quando gastou cerca de US\$ 86,4 bilhões. A ocupação do leste ucraniano significou um aumento de 34%

Em seguida, aparece o país semicolonial que mais têm crescido na última década, a Índia. Seus conflitos históricos com o Paquistão e com a China, assim como a profunda desigualdade social, que levou a que o país fosse o responsável por mais de metade do aumento global da pobreza em 2020, demonstram as razões de ter um orçamento militar que pode chegar a US\$ 76 bilhões, em 2023. O governo do país anunciou também, em 2020, que pretende gastar, nos próximos cinco a sete anos, US\$ 130 bilhões para a modernização da frota em todas as forças armadas; aumento que também é expressão das contradições do país: no início da década de 2010, os 100 mais ricos do país detinham 25% do PIB nacional, em uma população que já ultrapassou os mais de 1,4 bilhão de pessoas. A profunda desigualdade tem gerado conflitos mais agudos internamente, como a mobilização

de mais de 250 milhões de trabalhadores do campo, em novembro de 2020, contra as medidas do governo pró-imperialista do primeiro-ministro Narendra Modi, e também potencia os conflitos externos, com as fronteiras nações do Paquistão e da China.

O Reino Unido comparece como o atual quinto da lista, com cerca de US\$ 69 bilhões, sendo um dos que mais têm fornecido armamento para a Ucrânia. Na verdade, o governo inglês atua, no campo militar, como uma extensão do governo norte-americano, sempre auxiliando financeira e militarmente a ação dos EUA em todos os conflitos, nos últimos 30 anos. Isso é facilmente explicado pelas relações econômicas entre os dois países. A Inglaterra depende da exportação de riquezas dos EUA (capital financeiro) para manter sua economia baseada em serviços financeiros. Em 2020, como outros países, anunciou o aumento dos gastos em orçamento militar. O então primeiro-ministro, Boris Johnson, estimou um aumento de cerca de US\$ 174 bilhões, em quatro anos. É o maior aumento desde o fim da Guerra Fria, mostrando como o conflito entre os Estados imperialistas e os Estados operários está sendo recolocado de forma aberta, como existia, antes, na Guerra Fria.

Outras potências imperialistas também têm elevado os orçamentos militares. Entre 2019 a 2023, a França gastou cerca de US\$ 312 bilhões para o orçamento da “Defesa”; Macron anunciou que o país prevê gastar cerca de US\$ 423 bilhões, entre 2024 e 2030. A previsão de aumento ocorreu ao mesmo tempo que o mesmo governo alterou as regras da aposentaria, da Previdência, que, segundo o governo, tem um “rombo” anual de US\$ 10,5 bilhões. Isto é, em 6 anos, o governo gastará mais com o orçamento de guerra do que se mantivesse as aposentadorias, sem a contrarreforma, por mais de 30 anos. Aí está mais um sinal da barbárie capitalista.

A Alemanha, que enfrenta uma

recessão e deve encolher, ao menos, 0,4% em 2023, tem aumentado os gastos militares. Em 2023, destinou US\$ 52,9 bilhões para o orçamento militar; para 2024, estima-se que deve chegar a US\$ 54,8 bilhões, podendo ser acrescido com cerca de US\$ 20 bilhões do “fundo especial para o Bundeswehr” (Forças Armadas da Alemanha); fundo dotado de mais de US\$ 105 bilhões.

O aumento dos gastos das potências capitalistas segue a orientação da OTAN, que, já em 2014, apontava que os países-membros deveriam gastar pelo menos 2% do PIB no setor militar e de defesa. Até o final do primeiro semestre de 2023, dos 30 membros, apenas 7 haviam chegado ao percentual, incluindo a Polônia, que enfrenta eleições no presente ano, que podem modificar sua posição quanto à Guerra na Ucrânia (atualmente alinhada à OTAN).

Entre as maiores potências econômicas, o Japão comparece como a que mais pretende aumentar o seu orçamento militar, ainda que siga economicamente estagnado há décadas. Em dezembro de 2022, o governo anunciou que duplicaria os gastos militares nos próximos cinco anos, chegando ao montante de US\$ 314 bilhões. Um documento da “Segurança Nacional” do país colocava a China como o “maior desafio estratégico para garantir a estabilidade do Japão”. Este aumento, assim como a reconstituição das forças armadas, rompendo com mais de 60 anos de política “pacifista”, revela a oposição do imperialismo, na Ásia, com a posição econômica e política do Estado Operário degenerado da China.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Os dados mais gerais da última década revelam que não se trata apenas do orçamento recorrente para a Defesa e para a indústria militar. Há uma orientação clara, que vem da OTAN e dos principais países imperialistas, de aumento nos orçamentos militares. O armamento geral das nações capitalistas, mesmo de países, antes “pacifistas”,

como Japão, demonstram também para que objetivos se dirigem os “esforços de guerra” do imperialismo: para cercar e destruir as forças produtivas dos Estados Operários ainda existentes (Federação Russa, China, fundamentalmente). O cerco à Rússia, com a entrada de países fronteiriços à OTAN, impôs a Guerra na Ucrânia e a ação do governo de Putin. Assim como o acordo militar denominado “Aukus”, apresentando ainda em 2021, entre EUA, Reino Unido e Austrália, e as tensões em torno de Taiwan, demonstram o cerco sobre a China.

A capacidade industrial de Rússia e China, sua soberania sobre as riquezas naturais, o controle de suas economias e das empresas estatais/nacionalizadas, impedem que os países imperialistas a derrotem no campo puramente econômico. A maior conquista das Revoluções proletárias, que foi a criação das propriedades estatais/nacionais, sementes da propriedade social futura, garante uma superioridade econômica dos Estados Operários, em transição para o socialismo, mesmo estando controlados politicamente pelas degeneradas burocracias estatais, em relação à grande propriedade burguesa. A ação militar das potências imperialistas é uma forma de atenuar a crise estrutural do capitalismo, a contradição essencial entre a capacidade enorme das forças produtivas e as relações produtivas (de domínio do capital financeiro). É uma saída que amplia a barbárie social.

A saída proletária é a de defesa da condição de vida das massas, a partir de suas reivindicações elementares com a ação direta (levantes, greves, atos de rua, ocupações etc), que busca se chocar com os governos burgueses e com o grande capital, de modo que se coloque a Revolução Social, nos países capitalistas. Assim como, nos países de Estado Operário, erguer as reivindicações concretas e transitórias que façam a ponte para a Revolução Política, de derrubada das burocracias estatais, e ressurgimento da democracia operária. ●



ARGENTINA / *Balanço das eleições no primeiro turno*

Resultados expressam a direitização da política burguesa e manobras democratizantes da burguesia

Sergio Masa, da União pela Pátria (UxP), venceu o primeiro turno, com 36,68% dos votos. Em 19 de novembro, concorrerá no segundo turno contra o ultradireitista Sergio Milei, de A Liberdade Avança (LA), que obteve 30%. Patricia Bullrich, da Frente pela Mudança (FxM), obteve 23,83%. Partidos estaduais obtiveram 6,78%. A Frente de Esquerda e dos Trabalhadores (FET), 2,7%. Comparadas essas porcentagens às primárias (eleições internas), de 13 agosto, observa-se que: UxP cresceu 8,9%, Milei ficou praticamente estagnado (perdeu 1,62% de votos), a FxM derreteu, perdendo 5% dos votos, as frentes e partidos estaduais cresceram 2,85%, enquanto a FET permaneceu estagnada. A participação eleitoral subiu, de 69% para 77%. 23% anularam o voto, votaram em branco ou não votaram.

Das 257 bancas em Deputados, a UxP perdeu 10 cadeiras, ficando com 118. A JxM perdeu 25, mantendo 118. A LA ganhou 32 cadeiras, passando para 35. Partidos e alianças estaduais mantêm as 14 cadeiras anteriores. A FET conquista mais um deputado, passando para 4. O quórum necessário para aprovar leis é de 129. Quanto ao senado, dos 72 cargos, a UxP ganha mais dois senadores, passando a contar com 34 senadores; a JxM perde 9 bancas, passando a deter 33. A ultradireita conquistou 8 senadores (não tinha nenhum). Partidos e alianças

estaduais terão 3, enquanto a FET, nenhum. O quórum é de 37 senadores.

O estado de Buenos Aires – o de maior PIB e o mais industrializado – continuará a ser governado pela situação. A UxP governará ainda nove estados. A JxM deterá sob seu governo o distrito federal, a Cidade de Buenos Aires, capital do país, e mais oito estados. A cidade de Córdoba – importante centro industrial, e terceira cidade em ordem de importância – será governada por uma dissidência do peronismo. Neuquén, Rio Negro e Santa Cruz terão, à frente do governo, partidos e alianças estaduais.

TENDÊNCIAS POLÍTICAS PRESENTES NOS RESULTADOS ELEITORAIS

Colocado em terceiro lugar nas eleições primárias, Masa passou, de quase 6,7 milhões, para 9,6 milhões – ainda muito longe dos 13 milhões obtidos por Alberto Fernández nas eleições no primeiro turno contra Mauricio Macri (2019). Em nove estados em que perdeu diante de Bullrich, nas primárias, Masa venceu no primeiro turno. As eleições expuseram a fragmentação no Parlamento. O novo governo terá de estabelecer negociações, oferecendo subsídios e distribuição orçamentária, em troca de projetos de leis. O retrocesso do peronismo e da oposição em quantidade de votos foi canalizado pelo avanço da ultradireita no seio do Parlamento.

Esses resultados expressam o descontentamento de um setor das massas com os partidos da ordem burguesa responsáveis por afundá-las na pobreza e miséria. Também, a presença de ilusões democráticas entre setores que votaram em JxM nas primárias, assim como nos 8% que nas primárias se abstiveram de votar ou votaram nulo ou branco, e que decidiram apoiar Masa, em face dos “perigos” da ultradireita. A esses deslocamentos se juntam as manobras da grande burguesia, que avaliou ser melhor apoiar a situação, contra a possibilidade de Milei vencer, cenário que contraria seus interesses, na situação de profunda crise econômica. A UxP garante os interesses do capital financeiro e dos monopólios, e também a centralização sobre os sindicatos, visando à imposição da colaboração de classes.

DEMAGOGIA ELEITORAL E MANOBRAS APARELHISTAS

O governo de Alberto Fernández decidiu, dias antes das eleições, aumentar o índice do valor mínimo salarial de base ao cálculo do imposto de renda dos assalariados. Devolveu o Imposto do Valor Agregado (IVA) para as compras de alimentos. Aprovou um bônus complementar às aposentadorias. E favoreceu a abertura de linhas de crédito barato, para estimular o consumo e o comércio. Estima-se que a medida favoreceu conjunturalmente

mais de um milhão de assalariados, e centenas de milhares de pequenos comerciantes e produtores agrícolas. A medida não será implementada de forma permanente, e vigorará apenas até fins de 2023, mostrando seu caráter demagógico eleitoral. Mas, ajuda Masa a comparecer como o “menos pior”, se comparado a Milei. Essa mi-galha jogada às massas favorece, especialmente, à burocracia sindical, que assim pode arregimentar seus filiados a votarem em Masa.

Masa já fez e refez a sua profissão de fé quanto ao sustento do parasitismo financeiro a qualquer custo – ainda que isso passe por uma moratória consentida –, Milei comparece com as propostas de dolarização da economia e fim dos impostos – de onde viriam os recursos para sustentar o pagamento da dívida pública?

O ultradireitista encheu LA com figuras da tão odiada “casta política” e, especialmente, de empresários da agroindústria, banqueiros e agentes imobiliários. Os “empresários” são, particularmente, médios capitalistas ligados à exploração de minérios, agroindustriais e representantes de Câmaras de Comércio. Mas, também houve os burocratas sindicais, a exemplo de Pablo Ansaloni (rurais) e Barrionuevo (gastrônômicos), bem como apoiadores da ditadura genocida de Videla, como a ex-candidata a governadora por Buenos Aires, Carolina Piparo. Não obstante, a derrota eleitoral mostrou que não haveria como poder vencer sem recorrer também à demagogia eleitoral. Logo após encerrado o primeiro turno, Milei deixou de lado o discurso ultimata, e convocou à “casta política”, que tanto ameaçou “esmagar”, a apoiá-lo contra Masa. Essa manobra abriu um primeiro racha no interior da legenda ultradireitista. 8 senadores (quatro nacionais e quatro estaduais) decidiram romper com Milei, por “trair” o programa de campanha. A “revolta” poderá ainda se estender à

sua base eleitoral, caso decida ajustar e reformar seu programa para abocanhar mais votos, o que inevitavelmente aprofundará o afastamento de amplos setores que acreditaram nesse programa como saída à crise.

CONDIÇÕES PARA UMA FRENTE AMPLA BURGUESA

Masa ganhou o apoio de 19 governadores estaduais a sua candidatura, dentre eles, 8 governadores de JxM. A decisão de Bullrich de apoiar Milei no segundo turno irritou esses governadores, assim como seus aliados, a exemplo da União Cívica Radical, e o próprio PRO – partido de Bullrich, Larreta e Macri. A UCR governa em dez estados e centenas de prefeituras, e conta com 93 deputados e 24 senadores. Após anunciado o apoio de Bullrich a Milei, o partido centário anunciou seu compromisso “com a democracia”. Mas, depois criticou o peronismo, como responsável pela crise, afirmando que não comporia o governo de Masa, nem suas medidas. O reeleito prefeito de Buenos Aires, Rodríguez Larreta (PRO), disse que apoiar Milei é um “salto no vácuo”, mas rejeitou participar do governo da UxP. Os ex-aliados de Bullrich davam um sinal de apoio a Masa contra Milei, caracterizado como “extremista demagógico”.

Os posicionamentos desses setores da oposição confluem com os do imperialismo, da burguesia nacional e dos latifundiários. Todos eles afirmam ser necessário manter o atual rumo econômico, ou seja, garantir que se continuará pagando a dívida pública, e se avançará nas contrarreformas, equacionando e controlando ferrenhamente a luta das massas e os sindicatos. Esse é o real conteúdo da campanha em “defesa da democracia” contra as “ameaças da ultradireita”, que vem ganhando espaço na grande mídia monopolista em favor de um governo de “unidade nacional”. Enquanto Masa já fez e refez a sua profissão de fé quanto ao sustento do parasitismo financeiro a qualquer custo – ainda que isso passe por uma moratória consentida –, Milei comparece com as propostas de dolarização da economia e fim dos impostos – de onde viriam os recursos para sustentar o pagamento da dívida

pública? A experiência do governo de Lula/Alckmin já demonstrou a importância da constituição de um governo de frente ampla, apoiado na centralização política dos sindicatos e organizações populares, capaz de garantir os lucros monopolistas e impor uma rígida e forte centralização das Centrais e sindicatos, desviando e contendo a luta de classes.

O QUE INTERESSA PARA A POLÍTICA PROLETÁRIA

As massas oprimidas, sem contar com seu partido revolucionário, acabaram votando por diferentes variantes políticas da burguesia. Sem dúvida, o candidato mais beneficiado pela permanência das ilusões democráticas foi o peronismo, que chamou a votar pela situação peronista como a única forma de defender a “democracia”, o Estado de direito e as conquistas sociais e civis, sob ameaça da ultradireita. Por outro lado, a permanência de elevados índices de abstenção, de votos nulos e brancos, mostra que existe uma parcela da população que não se vê representada por qualquer variante burguesa. Sabem, pela experiência, que nada mudará, seja votando X, seja votando Y. De fato, Milei e Masa defendem as contrarreformas, privatizações e o saque imperialista. Diferenciam-se, apenas, no ritmo de sua aplicação e nos métodos para impô-las. Eis porque não importa ao proletariado e aos demais oprimidos apoiar esse ou aquele candidato. Qualquer seja o governo burguês de plantão, terão de combatê-lo com a luta de classes em defesa de suas condições de vida mais elementares.

A vanguarda com consciência de classe tem por tarefa imediata organizar a luta proletária no interior dos sindicatos, sob um plano unitário e nacional de reivindicações, conquistar junto das bases a independência política, e atrair para seu programa revolucionário setores da pequena burguesia não iludida pelas soluções mágicas do ultradireitista. Eis como os trabalhadores, camponeses e a pequena burguesia arruinada avançarão em passo firme no objetivo de construir uma real oposição revolucionária, e pelo caminho da revolução e ditadura proletárias. ●

ELEIÇÕES NO EQUADOR

Vitória da direita sobre o reformismo pró-imperialista

Daniel Noboa (Ação Democrática Nacional – ADN) será presidente do país, após obter 52% dos votos válidos (5.157.304), derrotando, no segundo turno das eleições gerais, Luisa González (Revolução Cidadã), que obteve 48% (4.759.825). Noboa governará por 17 meses, até maio de 2025, completando o mandato de Guillermo Lasso, eleito em 2021. Seu governo estará marcado, desde o primeiro dia, pela profunda crise econômica, pela violência política condicionada pela penetração do crime organizado no interior das instituições, e pelo agravamento da miséria e pobreza da maioria nacional oprimida.

Filho do empresário mais rico do país, Álvaro Noboa, o presidente eleito é herdeiro de uma fortuna de um 1 bilhão de dólares, e de mais de 20 empresas, que controlam, desde a produção e exportação de bananas, ao processamento de alimentos, importação de fertilizantes, defumação, serviços de armazenamento de produtos alimentícios, e uma vasta frota de transportes (terrestre e naval). Em 2021, foi eleito deputado, até perder sua cadeira, após Lasso dissolver o Parlamento e convocar eleições gerais antecipadas. Sua ascensão à presidência superou as denúncias por evasão fiscal no Panamá (um dos principais “paraísos fiscais” de contas off-shore no mundo). Tampouco afetaram sua “imagem”, as denúncias pelo não pagamento de impostos de US\$ 90 milhões.

Durante as eleições, foram contabilizados 88 casos de violência política: 21 deles durante o período eleitoral, destacando o assassinato do candidato a presidente Fernando Villavicencio (09/08). 43% desses casos foram realizados contra candidatos, 24% contra autoridades eleitorais, e 19% contra funcionários. 34% foram as-

sassinatos, 48% de atentados, 10% de ameaças, e 5% de sequestros e extorsões. Os efeitos dessa violência arrastaram um amplo setor da população a apoiar Noboa, que defendeu recorrer à confrontação armada com as facções criminosas, aplicar uma ampla reforma judicial, e programas de “reabilitação e reinserção” em prisões, além de avaliar projetos de privatização do sistema carcerário, a exemplo do projeto impulsionado por Bukele, em El Salvador.

O crescimento da violência política reflete a crescente interdependência entre os negócios da burguesia narcotraficante com a burocracia estatal, que controla as instituições e a política burguesa. Os assassinatos de candidatos e ações armadas contra partidos expressou a guerra aberta, travada entre as frações narcotraficantes equatorianas associadas a cartéis internacionais, que disputam as rotas de exportação de entorpecentes para a Ásia, e necessitam da proteção estatal para operar impunemente. Essas relações são baseadas nos bilionários negócios do narcotráfico, uma fonte de ganhos e corrupção da política burguesa e das forças policiais. Grande parte dos partidos burgueses é financiado (direta ou indiretamente) pelas diferentes frações. Em troca de “apoio financeiro” às campanhas, arrebanhar (sob ameaças) setores populares a votar em tal o qual candidato, e servir de mercenários contra opositores e adversários, os cartéis do narcotráfico recebem a proteção da burocracia estatal e influenciam no Estado, para que não aplique a “guerra às drogas” promovida e impulsionada pelos EUA.

A candidatura de Luisa, que contou com apoio de setores da grande burguesia nacional e do imperialismo estadunidense, era

A candidatura de Luisa, que contou com apoio de setores da grande burguesia nacional e do imperialismo estadunidense, era favorita para repetir a vitória obtida por Lula contra Bolsonaro, no Brasil. No entanto, o equilíbrio de forças na disputa nacional pendeu para o lado das oligarquias regionais, bases do candidato Noboa.

favorita para repetir a vitória obtida por Lula contra Bolsonaro, no Brasil. No entanto, o equilíbrio de forças na disputa nacional pendeu para o lado das oligarquias regionais, bases do candidato Noboa. Diante das condições da crise econômica mundial e das previsões de estancamento das economias dos países no continente, esse governo de curta duração tende a ser de crise, e assim se abrirá caminho para uma provável vitória de Luisa ou de sua coligação daqui a dois anos.

Os negócios do narcotráfico constituem uma fonte de bilionários recursos que, por diversas vias, lubrificam a economia nacional, por meio da lavagem de dinheiro no setor imobiliário, bancário e financiamento de partidos. Não há como a burguesia contornar o poder de intimidação ou se abstrair do poder econômico da burguesia narcotraficante, quando a possibilidade de lucros e negócios burgueses são limitados pela crise econômica mundial e o estreitamento do consumo no mercado interno. A política dos sucessivos governos burgueses, de atacar as condições de vida das massas, com contrarreformas e recortes orçamentários, alavancam ain-

da mais a pobreza, a miséria e o desemprego, está na base da proliferação de uma crescente oferta de mão-de-obra ao crime organizado. Enquanto o programa privatizante e de destruição de direitos e salários, de saque das riquezas nacionais pelo capital financeiro, estende essa base social, na qual prolifera e enriquece a burguesia narcotraficante.

Após sua vitória, Noboa disse que irá avançar com a Reforma Administrativa e fomentar os investimentos estrangeiros. Com esse objetivo, fez uma visita à Europa, à procura de investimentos para respaldar os projetos de privatizações que, afirmou, são parte de suas prioridades como governo. Demagogicamente, anunciou que pretende reduzir os índices de desemprego, atualmente de 3,8% da força de trabalho. Mas, o principal problema das massas não é o desemprego, mas o trabalho informal e precarizado, que supera mais de 60% da força de trabalho do país. Seu projeto de Reforma Administrativa, de destruir direitos do funcionalismo, rebaixar o preço de sua força de trabalho e precarização das condições trabalhistas, aprofundará o quadro de miséria e carestia dos assalariados. No que diz respeito aos salários, disse que irá atualizar o valor do salário mínimo, para “refletir o custo de vida”. Dolarizada a economia equatoriana, e pelo fato de sua inflação estar atada aos índices dos EUA, há margem de manobra para ajustar nominalmente os salários. O problema é que o poder de compra real tem sido destruído, nos últimos anos, por meio de congelamento e rebaixamento salarial, enquanto os preços continuavam sua curva ascendente. “Ajustar” os salários ao índice atual da inflação não irá repor a queda do valor real dos salários, mas apenas visará a outorgar uma migalha para equacionar a luta de classes. Um ponto destacado no plano de governo de Noboa é pautar imediatamente a aprovação da reforma im-

positiva, elevando a alíquota do IVA, visando a garantir uma fonte de recursos adicionais para pagar a dívida pública. É dentro desse quadro que Noboa diz que propõe uma “auditoria” da dívida pública, visando a, desse modo, negociar com o FMI como ajustar a continuidade dos pagamentos (os lucros do parasitismo financeiro), nas condições de déficit fiscal (4% do PIB), e de estreitamento da arrecadação impositiva.

Nota-se claramente que seu programa de governo é de favorecimento dos monopólios e do capital financeiro, enquanto continua o curso de destruição das já miseráveis condições de vida das massas. Em grande parte, a aprovação desse “plano” será condicionada ou modificada pelas forças que dominam o Parlamento. A ADN deterá apenas 14 cadeiras parlamentares, enquanto a Revolução Cidadã detém 52. Ainda que não tenha maioria capaz de impor quórum, o correísmo poderá condicionar o governo, por meio de alianças com bancadas minoritárias, ou negociando, com o próprio governo, o apoio em troca de alteração de projetos de leis. O governo de transição terá por desafio negociar com os nacional-reformistas, ou bem convocar amplamente a direita e os partidos oligárquicos a se integrarem ao governo. As condições de crise política e as tendências de luta das massas – que desde 2019 vêm assombrando a burguesia – podem abrir caminho à desagregação do governo e às tendências de centralização autoritária. Essa via foi percorrida inicialmente pelo governo de Lasso, como antes fez Lênin Moreno. Mas, se chocou com a insurgência popular (2019 e 2021), que obrigou a congelar seus planos privatizantes, abortar o aumento dos preços, e frear transitoriamente as contrarreformas.

Em um comunicado conjunto de comunidades indígenas, sindicatos e organizações populares, se exige do recém-eleito aumentar o financiamento para

saúde e educação, controle de preços de produtos de primeira necessidade, titularização de terras ancestrais para os povos indígenas (demarcação de terras), etc. A Confederação de Nacionalidades Indígenas (Conaie) apresentou seu programa de 15 reivindicações, que esteve na base do levante das massas contra o regime burguês, em 2019. O mesmo programa defenderam contra Lasso, e, agora, mais uma vez, voltam a exigir seu cumprimento a Daniel Noboa. Agrega-se agora, à lista de 15 reivindicações da Conaie, as demandas de sindicatos operários e populares, de que o governo acabe com o crime organizado, que não se privatizem as estatais, e se revoguem os projetos de lei de reformas administrativa e previdenciárias.

Noboa começará seu governo de transição em choque violento com as necessidades mais prementes das massas. Eis porque o fortalecimento do Estado policial, prometido por Noboa, embora retoricamente orientado a “combater o crime organizado”, se dirigirá contra as massas quando lutem pelas suas reivindicações. Para esse cenário é que se devem preparar os explorados. Entretanto, a ausência de sua direção revolucionária permanece como entrave para os oprimidos assumirem um programa e métodos próprios para impor uma saída revolucionária à crise do regime. Mas, ao serem obrigadas a abrir caminho à luta de classes para defender suas condições de vida diante dos ataques que virão, criarão mais uma vez as condições para que essa direção seja forjada. A defesa pela vanguarda com consciência de classe de um plano nacional unitário, e dos métodos da luta de classes no interior das organizações e das lutas das massas, favorecerá a organização do partido revolucionário. A revolta instintiva das massas criará um terreno favorável à estratégia e programa do governo operário e camponês. ●